

PL deve indicar Nikolas Ferreira para comandar Comissão de Educação da Câmara

O PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, deve indicar o nome do deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) para comandar a comissão de Educação da Câmara dos Deputados.

Nikolas é um dos nomes mais ativos da oposição ao governo Lula (PT) na Casa. Ele foi o deputado federal mais votado em todo o país nas eleições de 2022 (com 1,49 milhão de votos).

A escolha de Nikolas gerou insatisfação entre líderes da base governista, que avaliaram ser uma afronta ao Executivo o nome do parlamentar para presidir uma comissão considerada estratégica para o governo.

Na tarde desta quarta-feira (6), líderes partidários se reuniram com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-

AL), para pedir o adiamento da instalação dos colegiados, prevista para esta tarde. O pedido, no entanto, foi negado.

Parlamentares se queixaram da falta de tempo para realizar as negociações sobre composição dos órgãos e presidências. Já líderes da base queriam mais tempo para tentar reverter a indicação de Nikolas.

Líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), diz que houve um acordo com o PL para que o PT pudesse indicar o primeiro vice-presidente do colegiado da Educação. Em troca, o partido de Bolsonaro indicará o primeiro vice-presidente da comissão de Saúde, que será presidida pelo PT.

“Os partidos têm as prerrogativas para indicar os nomes que quiserem, nós fizemos várias ponderações

sobre algumas indicações. E ao final o PL não abre mão e nós vamos pacificar. Eles vão indicar o vice da comissão de Saúde e o PT vai indicar o vice da comissão de Educação para atenuar essas tensões todas. Mas tem um compromisso do líder [do PL] Altineu [Côrtes] de não criar nenhuma dificuldade nas políticas que o ministro Camilo Santana está desenvolvendo”, disse Guimarães.

“Evidentemente, quem vai presidir uma comissão da importância dessa não pode fazer qualquer loucura. Nós vamos atuar para trabalhar e não ter nenhum sobressalto e muito menos perseguição às políticas educacionais que o governo está realizando”, continuou o deputado.

Victória Azevedo/Folhapress



Economia



TST autoriza descontar de salário banco de horas negativo

Página - 03

Lula defende os trabalhadores e é assim que tem que ser, diz iFood

Página - 03



Belo Monte é usina que menos emite gases de efeito estufa na Amazônia Pág - 05

A dura vida do microssapo brasileiro que é o menor vertebrado conhecido Pág - 05



Política

Bolsonaro pede acesso a depoimentos dos ex-chefes do Exército e Aeronáutica

Página - 04

Boulos, Nunes e Tabata usam vaga de vice para ganhar visibilidade e testar cenários

Página - 04

No Mundo

Rússia planeja construir usina nuclear na Lua



Ideia está sendo desenvolvida com a China e serviria para abastecer futuras bases lunares, afirma o chefe da agência espacial russa. Estados Unidos também avaliam projetos para uma usina nuclear no satélite. Moscou planeja contribuir com sua experiência na área de “energia nuclear espacial” para um programa lunar conjunto com Pequim que inclui construir uma usina nuclear na Lua, disse o chefe da Roskosmos, a agência espacial russa, Yuri Borisov, nesta terça-feira (05/03).

Borisov afirmou que os

painéis para obtenção de energia solar não seriam suficientes para garantir um fornecimento confiável de eletricidade a bases lunares. Como as noites lunares duram 14 dias terrestres, depender exclusivamente da energia solar traz riscos tanto para as missões lunares tripuladas quanto para as não tripuladas.

“Estamos considerando seriamente um projeto para entregar e instalar uma unidade de energia na superfície lunar – em algum momento entre 2033 e 2035 – junto com nossos colegas chineses”, disse Borisov em um

evento para jovens.

Alguns observadores nos EUA especularam que a Rússia estaria planejando usar um novo tipo de arma nuclear contra satélites. Mas o chefe da Roskosmos, que assumiu o comando do órgão em 2022, insistiu que a Rússia não tinha planos de instalar armas nucleares no espaço.

Uma usina nuclear na Lua precisaria ser construída por máquinas, acrescentou Borisov, dizendo que já havia soluções técnicas utilizáveis para o projeto. Isto é Dinheiro

Trump ataca imigrantes e diz que vai vencer eleição ‘porque não há escolha’



Donald Trump celebrou sua vitória na Super Terça prometendo “fechar a fronteira” e deportar imigrantes e recuperar a confiança na imprensa, na qual “ninguém confia mais”. Sem repetir as alegações sem provas de fraude na eleição de 2020, ele falou sobre a necessidade de um pleito “livre e justo” e, no meio disso tudo, voltou a culpar a China pela Covid, “por incompetência”.

“Vamos ganhar essa eleição porque não temos escolha, se perdermos não vai mais sobrar país”, ameaçou, em uma retórica radical em que o pleito é encarado em termos de vida ou morte.

O conteúdo do discurso

contrasta com a postura tranquila do empresário, distante da sua habitual performance enérgica. Trump falou por menos de 20 minutos sozinho de um púlpito em seu resort Mar-a-Lago, na Flórida, pouco após ser confirmado o vencedor em ao menos 11 dos 15 estados que realizaram suas primárias e caucuses nesta terça-feira (5).

Sua última concorrente no páreo pela nomeação republicana, Nikki Haley, venceu em apenas um: Vermont. Trump levou Alabama, Arkansas, Colorado, Maine, Minnesota, Massachusetts, Carolina do Norte, Oklahoma, Tennessee, Texas e Virgínia. Os resultados em Utah, Califórnia e Alasca ainda es-

tão pendentes.

“Essa foi uma noite maravilhosa e um dia maravilhoso. Esse tem sido um período incrível na história do nosso país”, afirmou o ex-presidente.

Como tem enfatizado em discursos recentes, Trump voltou a destacar imigração, economia e política externa.

“Nossas cidades estão sofrendo com a violência de imigrantes. Eles estão brigando na mão com policiais nas ruas. Se fizessem isso nos países de onde viera, seriam mortos. O mundo está rindo de nós”, afirmou, prometendo deportar os “assassinos e traficantes” que estariam sendo “depositados” nos EUA.

Fernanda Perrin/Folhapress

Portugal publica novas regras para tirar cidadania; entenda o que muda e o passo a passo

O Diário da República de Portugal divulgou, na terça-feira, 5, o pacote de alterações na Lei da Nacionalidade, que beneficia, principalmente, milhares de brasileiros que vivem há cinco anos no país.

Em janeiro deste ano, o Parlamento português aprovou o projeto para fazer alterações na lei que rege a concessão de cidadania. O presidente de Portugal, Marcelo Rebelo de Sousa, chegou a questionar o artigo que trata sobre os judeus sefarditas, mas o texto teve aval do Tribunal Constitucional.

Principal alteração

A principal alteração no pacote está no artigo 15, que estabelece cinco anos de permanência em Portugal para dar início ao pedido de cidadania.

A contagem passa a valer a partir do pedido de manifestação de interesse, a permissão provisória.

Outra mudança é que Portugal passa a conceder cidadania para filhos reconhecidos pelos pais após os 18 anos, contando que inclua uma decisão judicial.

No caso dos judeus sefarditas, é necessário comprovação genealógica e apresentação de provas de ligação efetiva com Portugal. Isto é Dinheiro



Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



TST autoriza descontar de salário banco de horas negativo



A Segunda Turma do TST (Tribunal Superior do Trabalho) reconheceu a validade de uma convenção coletiva que autoriza o desconto de salário em caso de banco de horas negativo.

A decisão, publicada em 1º de março, foi tomada de forma unânime pelos três membros da turma e é de relatoria da ministra Maria Helena Mallmann.

Os integrantes da turma reconheceram que o acordo se sobrepõe ao legislado, conforme mudança na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) trazida pela reforma trabalhista de 2017.

A decisão vai ao encontro do que já definiu o STF (Su-

premo Tribunal Federal), em caso de repercussão geral, no qual foi confirmada a constitucionalidade da norma que permite redução de direitos trabalhistas desde que esteja em convenção ou acordo coletivo.

Para especialistas, a decisão do TST abre precedente, mas não deve se tornar norma e não poderá ser aplicada em acordo individuais.

“Parece-me absolutamente possível esse tipo de negociação coletiva, mas é de fato um caso diferente. Nós não podemos entender que em todas as hipóteses isso é possível, e disse o TST: [é possível] apenas quando há acordo ou convenção coletiva”, afirma o advogado Ricardo

Pereira de Freitas Guimarães, doutor em direito do trabalho.

O processo se refere a uma convenção coletiva de Londrina (PR), entre a PZL Indústria Eletrônica Ltda. e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Londrina e Região.

A convenção estabelece que o empregado deve ter jornada de oito horas de trabalho diárias e 44 horas semanais. Se não cumprir a carga e ficar com banco de horas negativo, poderá haver desconto de salário correspondente às horas devidas ao final de 12 meses ou em caso de pedido de demissão ou dispensa motivada.

Cristiane G. e Thiago Amâncio/Folhapress

Lula defende os trabalhadores e é assim que tem que ser, diz iFood

O presidente Lula (PT) está certo em insistir na negociação com o iFood sobre o direito dos entregadores. A fala foi dada pelo diretor de políticas públicas da empresa à rádio CBN ontem.

“Posições divergentes levaram a impasse”. João Sabino afirmou que, apesar de participar de reuniões, o iFood e o governo federal não conseguiram chegar a um acordo.

O diretor citou “diferenças significativas” entre a contribuição de entregadores e motoristas de aplicativo. “[O entregador de aplicativo] não é um trabalhador para qual existe demanda de comida durante todo o dia, de madrugada, até porque os restaurantes estão fechados”, afirmou.

“O presidente está defendendo prioritariamente os trabalhadores e é assim que tem que ser. Tem que cobrar mesmo e a gente vai continuar negociando. Estamos sempre à disposição”, disse João Sabino, diretor de políticas públicas do iFood, à rádio CBN.

LULA FEZ ‘COBRANÇA’ AO IFOOD

O presidente mandou o recado ao assinar o projeto de lei que regulamenta o trabalho de motoristas de aplicativo no Brasil. As negociações com empresas que tratam de transporte de alimento e encomenda não avançaram, segundo o governo.

“O iFood não quer negociar. Mas nós vamos encher tanto o saco, que vão ter que negociar”, brincou o presidente.

Folhapress



Branco 10% mais ricos ganham 56 vezes a renda dos negros 10% mais pobres no Nordeste



A desigualdade de renda entre brancos e negros diminuiu em 2022, mas um abismo ainda separa ricos e pobres desses grupos no Brasil, principalmente na região Nordeste. É o que indica um levantamento de pesquisadores do Núcleo de Estudos Raciais do Insper.

Segundo a análise, os brancos 10% mais ricos tinham uma renda média domiciliar per capita (por pessoa) que correspondia a 56,2 vezes a dos negros 10% mais pobres no Nordeste em 2022. O rendimento médio dos grupos era de R\$ 4.961,44 e R\$ 88,31, respectivamente.

Ao marcar 56,2 vezes, a razão teve uma forte queda ante o recorde de 90,8 vezes registrado na região em 2021

à época, a renda média per capita dos dois extremos havia sido de R\$ 4.386,53 e R\$ 48,29. Mesmo em baixa, a diferença verificada no Nordeste ainda é a maior do Brasil.

No país, a razão entre a renda média dos brancos 10% mais ricos (R\$ 7.027,74) e a dos negros 10% mais pobres (R\$ 152,46) recuou a 46,1 vezes em 2022.

A disparidade diminuiu no Brasil em relação ao recorde de 2021 (71,8 vezes) e é a segunda menor da série histórica, atrás apenas da mínima registrada em 2014 (45,5 vezes). A série começou em 2012.

Conforme o economista Alysson Portella, um dos pesquisadores do Insper responsáveis pelo levantamento, os dados avaliam a renda média

domiciliar per capita do trabalho e de outras fontes.

A análise foi construída a partir de estatísticas da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

“A razão da renda dos 10% mais ricos e dos 10% mais pobres é uma medida clássica, mas geralmente pega os 10% mais ricos e os 10% mais pobres da população como um todo. A ideia aqui é chamar atenção para o fosso entre brancos e negros”, afirma Portella, que trabalhou na análise com os pesquisadores Michael França, colunista da Folha, e Erivelton Souza.

Os dados de 2023 ainda não estão disponíveis.

Leonardo Viecelli/Folhapress

Política

Bolsonaro pede acesso a depoimentos dos ex-chefes do Exército e Aeronáutica



A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) pediu ao STF acesso aos depoimentos dos ex-comandantes do Exército, Marco Antônio Freire Gomes, e da Aeronáutica, Carlos Baptista Júnior.

Os advogados dizem que é “imperioso” que a defesa tenha acesso ao conteúdo das audiências. “Diante do significativo progresso nas investigações, notadamente com a obtenção de depoimentos cruciais ocorridos nas últimas duas semanas, requer-se a atualização dos autos com a juntada dos termos de declarações relativos às últimas

oitivas realizadas”, afirma a defesa.

DEPOIMENTO MELHOR QUE DELAÇÃO, DIZ MINISTRO

No STF, a avaliação é de que o depoimento de Freire Gomes complica Bolsonaro. Segundo o colunista do UOL Josias de Souza, um ministro da Suprema Corte disse que o ex-chefe do Exército relatou foi “é melhor e mais valioso do que uma delação, porque contém revelações de uma testemunha, não de um criminoso à procura de benefício judicial.”

Para esse ministro, o resultado da audiência “consolidou o quadro probatório”.

O integrante do STF, que acompanha as investigações de perto, disse ainda que as informações prestadas por Freire Gomes deram “consistência” a provas que já eram “sólidas”.

Ex-chefe do Exército disse que Bolsonaro convocou reunião para discutir proposta golpista. Segundo a Folha de S.Paulo, o plano incluía uma minuta para reverter a eleição de Lula. Freire Gomes também teria citado o ex-presidente como o responsável pela manutenção dos acampamentos golpistas em Brasília.

Caique Alencar/Folhapress

Lula critica fim da reeleição a senadores e diz que 5 anos de governo é pouco



O presidente Lula (PT) afirmou a senadores da base aliada na noite desta terça-feira (5) que é contra o fim da reeleição e que um único mandato de cinco anos, como preveem propostas em tramitação no Congresso, é pouco tempo para governar.

Segundo o relato de pessoas presentes, o presidente ponderou que o prazo é pequeno, por exemplo, para que um político consiga cumprir seu plano de governo ou entregar grandes obras.

O fim da reeleição para presidente, governadores e prefeitos é uma das prioridades do Senado neste ano e conta com o apoio de figuras importantes da Casa, como o próprio líder do governo, Jaques Wagner (PT-BA). De qualquer forma, as propostas não atingiram Lula, que po-

Boulos, Nunes e Tabata usam vaga de vice para ganhar visibilidade e testar cenários

Guilherme Boulos (PSOL), Ricardo Nunes (MDB) e Tabata Amaral (PSB) adotaram estratégias diferentes nas discussões sobre a vaga de vice na corrida à Prefeitura de São Paulo, mas convergiram na avaliação de que o posto ajuda a formatar a imagem da candidatura e pode ser útil em negociações partidárias.

Dos três pré-candidatos, Boulos é o que tem a situação mais consolidada, com a escolha já encaminhada de Marta Suplicy (PT), por decisão do presidente Lula (PT). Atuando como uma espécie de avalista e contraponto à inexperiência do deputado federal no Executivo, a ex-prefeita tem modulado sua participação por entender que é o titular quem precisa aparecer.

Nunes, por outro lado, é o que está rodeado de mais

especulações em relação a quem o acompanhará na tentativa de reeleição. A necessidade de contemplar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sem melindrar outros políticos e partidos da coligação deixou o prefeito cercado de potenciais vices. Ele vem usando a situação para testar a viabilidade dos nomes e administrar as pressões.

Tabata atraiu para a pré-campanha o apresentador José Luiz Datena, que se filiou ao PSB e figura como plano A para vice embora o discurso oficial seja o de que nada está fechado. Enquanto a popularidade do jornalista ajuda a alavancar seu projeto, a deputada federal evita cravar o nome dele e prospecta aliança com partidos como o PSDB, ao qual poderia ceder o espaço para romper o isolamento.

Joelmir Tavares/Folhapress



Caique Alencar/Folhapress

deria disputar a reeleição em 2026.

Lula reuniu aliados da base para um happy hour no Palácio da Alvorada nesta terça repetindo o que foi feito com deputados federais e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), duas semanas atrás.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), aproveitou o encontro para afirmar que há temas em que ele e o presidente vão convergir e outros nos quais irão divergir.

Embora Pacheco não tenha citado o discurso em que cobrou uma retratação pública de Lula pela comparação da ofensiva militar israelense na Faixa de Gaza com o Holocausto nazista, a fala foi vista pelos presentes como uma espécie de justificativa do presidente do Senado ao

petista.

Pessoas que participaram do encontro afirmam que Lula agradeceu aos senadores pela aprovação de pautas importantes para o governo no ano passado e disse estar otimista e confiante com o futuro do país.

Apesar do clima de descontração, senadores cobraram maior diálogo com o Palácio do Planalto, especialmente com o presidente. Houve ainda críticas à comunicação do governo.

De acordo com presentes, o senador Marcelo Castro (MDB-PI) elogiou o desempenho da economia, mas disse que, do ponto de vista político, o governo precisa melhorar as redes sociais e que a esquerda tem perdido o domínio da narrativa na internet.

Thaísa Oliveira/Folhapress

Belo Monte é usina que menos emite gases de efeito estufa na Amazônia



A hidrelétrica de Belo Monte é a usina que menos emite gás carbônico no bioma Amazônia, além de ser a quinta hidrelétrica mais eficiente do Brasil em termos de taxa de intensidade de gases poluentes. A conclusão é de estudo feito pelo Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ).

Coordenado pelo professor do Programa de Planejamento Energético da Coppe, Marco Aurélio Santos, o estudo Desenvolvimento de Metodologia para o Cálculo das Emissões de Gases de Efeito Estufa no Reservatório da UHE Belo Monte avalia que nos próximos dez anos,

a área alagada do empreendimento deverá apresentar, de forma progressiva, emissões mais reduzidas. Os resultados obtidos mostram que Belo Monte tem um indicador de intensidade de emissões de CO₂ muito baixo e níveis similares de emissões em comparação a outras fontes de energias renováveis, como eólica e solar.

O problema das emissões das hidrelétricas vem sendo estudado pela equipe do professor desde a década de 1990. “Temos feito vários estudos para as empresas do setor e para a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre a questão. Porque, até então, havia uma ideia errônea que as hidrelétricas não emitiam nenhum tipo de poluição aérea”. Mas, pela si-

milaridade que acontece nos rios e lagos, os pesquisadores acabaram prospectando nos reservatórios os mesmos processos, ou seja, a decomposição da matéria orgânica em condições subaquáticas por microrganismos que fazem essa busca por alimento, por energia, e acabam eliminando, como um subproduto, os gases causadores do efeito estufa. No caso, ali foram encontrados CO₂ (gás carbônico), metano e óxido nitroso.

Diagnóstico

Marco Aurélio Santos explicou à Agência Brasil que há um espectro grande de tipologias de projetos no qual já foi determinado um certo padrão de emissões distribuídas no espaço, isto é, no corpo dos reservatórios, e no tempo.

Alana Gandra/ABR

A dura vida do microssapo brasileiro que é o menor vertebrado conhecido

Cientistas acreditam terem identificado o menor vertebrado do mundo: um minúsculo sapo brasileiro do tamanho de uma ervilha chamado *Brachycephalus pulex* (ou sapinho-pulga), de acordo com uma pesquisa recente.

Em 2011, Mirco Solé, pesquisador da Universidade Estadual de Santa Cruz, na Bahia, foi o primeiro a analisar o tamanho desta espécie em comparação com o de outros sapos semelhantes.

A amostra não era grande o suficiente na época para ser conclusiva, mas a pesquisa mais recente, na qual Solé e sua equipe mediram o comprimento do corpo de 46 sapos-pulgas, é mais abrangente.

Descobriu-se que os sapos machos *B. pulex* me-

diam pouco mais de 7 mm e as fêmeas eram ligeiramente maiores, com pouco mais de 8 mm.

A equipe também confirmou a maturidade e o sexo dos sapos examinando suas gônadas e verificando a presença de fendas vocais na garganta, que só os machos possuem.

Como os menores vertebrados existentes, os sapos *B. pulex* enfrentam seus próprios desafios — além de serem difíceis de monitorar com precisão.

Eles têm dificuldade para fazer algo em que os sapos deveriam ser inerentemente bons: Pular

Na verdade, uma pesquisa de 2022 descobriu que esses vertebrados perdem o equilíbrio quando saem do solo.

Sarah Bregel/BBCNews



Roraima tem 45% do total de focos de queimadas do país em fevereiro



O estado de Roraima registrou em fevereiro deste ano 2.057 focos de queimadas, segundo dados do Programa de Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). O número corresponde a 45% de todos os focos detectados no país no mês passado (4.568).

Desde o início do ano, são 2.661 focos de queimadas detectados em Roraima. O número é maior do que todos os focos registrados em 2023 no estado: 2.659. Em fevereiro do ano passado, foram registrados 168 focos em Roraima.

O governo do estado decretou situação de emergência em nove municípios de Roraima devido aos efeitos da estiagem na região: Amajari, Alto Alegre, Cantá, Caracaraí, Iracema, Mucajaí,

Pacaraima, Normandia e Uiramutã.

Os municípios com mais focos de queimadas em fevereiro são Mucajaí (401), Caracaraí (335), Amajari (235) e Rorainópolis (218).

Estiagem

O estado passa por um período de forte estiagem, agravado pela influência do fenômeno do El Niño. O Rio Branco, o principal do estado, atingiu o nível de - 0,13 metro, segundo a Companhia de Águas e Esgotos de Roraima (Caer).

A produção de água potável nos poços artesianos do estado foi reduzida em 20%, o que, segundo a Caer, acaba ocasionando baixa pressão na rede de distribuição de água dos bairros mais afastados. O governo do estado instalou pontos de coleta de água potável gratuita nas sedes dos

municípios e também disponibiliza abastecimento na matriz da Caer.

O Corpo de Bombeiros de Roraima aponta a prática local de atear fogo para “limpar” a terra como uma dos fatores que agravam a situação, uma vez que o fogo pode sair de controle.

Governo do estado

A Secretaria de Comunicação Social de Roraima informou, em nota, que o cenário da estiagem preocupa. “Mas não é possível mensurar em comparações temporais, uma vez que a situação depende do comportamento climático dos próximos meses. Houve períodos anteriores de seca e queimadas no Estado, com destaque para os anos de 1998, 2010 e 2016.”

Sabrina Craide/ABR

**TDS Informática Ltda.**

CNPJ/MF nº 02.231.701/0001-67 – NIRE 35.214.846.571

Ata de Assembleia de Transformação de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações com Adoção da Denominação Social TDS Informática S/A.

Aos 02/01/2013, às 15:00 horas, reuniram-se em Assembleia Geral, na sede da empresa, os acionistas representantes da totalidade do capital social da Companhia Dispensada a convocação previa para esta assembleia, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. Por indicação unânime dos presentes, foi escolhido para presidir os trabalhos o Sr. André Akira Fukunaga acima qualificado, que convidou a mim, Paulo Sergio Nogueira Gerosa acima qualificado, para secretário. Constituída a mesa, o Sr. Presidente, após verificar a regularidade da instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, dizendo que de conformidade da ordem do dia, previamente informada aos acionistas, foram tomadas as seguintes deliberações: **1.** Aprovada a transformação da sociedade empresária limitada em sociedade anônima, sem solução de continuidade dos negócios ora em curso. Com a transformação das 3.270.000 quotas de capital em 3.270.000 ações ordinárias nominativas no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, distribuídas aos acionistas na exata proporção detida anteriormente conforme Boletim de Subscrição parte integrante deste instrumento, e com a adoção da denominação social de TDS Informática S/A, tudo em conformidade em o Estatuto Social abaixo transcrito, mantendo a sociedade resultante todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da sociedade ora transformada, nos termos dos Arts. 220 e 222 da Lei nº 6.404/76 e subsequentes alterações. **2.** Neste momento ato são eleitos, por unanimidade de votos, para compor a Diretoria: (I) Diretor Presidente: **Paulo Sergio Nogueira Gerosa**, RG nº 6.327.505-SSPSP, CPF nº 855.618.868-00; (II) Diretor Vice-Presidente: **André Akira Fukunaga**, RG nº 21.632.157-8 SSPSP, CPF nº 268.049.968-95; e (III) Diretor Vice-Presidente: **Carlos Augusto Engel**, RG nº 13.704.421-SSPSP, CPF nº 022.766.088-97; 2.1. Os diretores eleitos ora eleitos terão mandato de 3 anos a contar desta data e serão investidos em seus cargos mediante assinatura dos respectivos termos de posse, no livro de atas das reuniões da Diretoria. 2.2. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. 3. Por unanimidade de votos, foi aprovada a remuneração mensal de cada diretor no valor de R\$ 40.000,00. 4. Aprovado o Estatuto Social, que doravante passa a reger a sociedade, transcrito a seguir: **"Estatuto Social da TDS Informática S/A". Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto e Duração: Art. 1º.** Está constituída uma sociedade por ações, sob a denominação social de TDS Informática S/A, a qual se regerá pelo presente Estatuto, pela Lei nº 6.404/1976, e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. **Art. 2º.** A sociedade tem sede na cidade de Barueri-SP, na Al. Araguaia, nº 2044, Torre II, Sala 1601, podendo abrir filiais, agências, depósitos ou escritórios em qualquer localidade do país, onde for de seu interesse, por deliberação e a critério da Diretoria. **§ único:** A sociedade tem seu foro na Comarca de Barueri-SP. **Art. 3º.** A sociedade tem por objetivo social a exploração do ramo de: (a) Coordenação de transações eletrônicas em rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação de transações referentes a correspondentes não bancários, recarga de créditos de telefonia, entre outros; (b) Aluguel, fornecimento e prestação de serviços de instalação, desinstalação e manutenção de equipamentos, soluções e meios eletrônicos para a captura e processamento de dados de transações eletrônicas referentes a correspondentes não bancários, recarga de créditos de telefonia, entre outros; (c) Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de estabelecimentos prestadores de serviços para operação de correspondentes não bancários, operação de recarga de créditos de telefonia, entre outros; (d) Prestação de serviços na área de informática, principalmente projeto de desenvolvimento de sistemas, treinamento e outras atividades correlatas ao ramo; (e) Comercialização, distribuição, licenciamento de software nacional ou estrangeiro; (f) Participação em outras sociedades como sócia ou acionista; e (g) Desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia. **Art. 4º.** O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado. **Capítulo II – Capital e Ações: Art. 5º.** O capital social é de R\$ 3.270.000,00, dividido em 3.270.000 ações ordinárias nominativas, do valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. **§ único.** É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **Capítulo III – Administração: Art. 6º.** A sociedade será administrada por uma Diretoria composta de três diretores, sendo um Diretor Presidente e dois Diretores Vice- Presidentes, acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral com mandato de 3 anos, podendo ser reeleitos. **Art. 7º.** Os diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos diretores regularmente eleitos. **§ único.** A investidura far-se-á por termo no livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria. **Art. 8º.** Compete à Diretoria, sempre em conjunto de duas assinaaturas, independentemente da indicação, administrar os negócios sociais, representando a sociedade ativa e passivamente, com amplos, gerais e ilimitados poderes, em juízo ou fora dele, inclusive perante repartições públicas em geral e entidades de direito público. **Art. 9º.** Os diretores perceberão honorários fixados pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo IV – Conselho Fiscal: Art. 10º.** A companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto de 3 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, observados os requisitos e impedimentos legais. **§ 1º.** O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido de acionistas, em Assembleia Geral, na forma prevista no § 2º do Art. 161 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, quando se procederá à eleição dos seus membros, que exercerão as suas funções até a primeira Assembleia Geral Ordinária que se realizar após a sua eleição, podendo vir a ser reeleitos, se renovado o pedido de instalação. **§ 2º.** Compete ao Conselho Fiscal, cujas funções são indelegáveis, as atribuições

que lhes confere a lei, e os seus honorários serão fixados pela Assembleia Geral que os eleger, respeitado o limite mínimo previsto no § 3º do Art. 162 da Lei nº 6.404/76, com alteração da Lei nº 9.457/97. **Capítulo V – Assembleia Geral: Art. 11º.** A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente, dentro dos 4 primeiros meses após o encerramento do exercício social, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **§ único.** As Assembleias Gerais, ordinárias ou extraordinárias, serão presididas por qualquer dos acionistas presentes, escolhido por aclamação. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações e Financeiras e Dividendos: Art. 12.** O exercício social coincidirá com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das prescrições legais pertinentes. **§ 1º.** O lucro líquido apurado em cada exercício social, após a compensação de prejuízos de exercícios anteriores (quando houver), terá a seguinte destinação: **a)** 5% para constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social; **b)** 25% de dividendos aos acionistas, na forma da lei; **c)** O saldo, quando houver, terá a destinação que a Assembleia Geral determinar. **§ 2º.** As demonstrações financeiras anuais da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes escolhidos pela Assembleia Geral e devidamente registrados na Comissão de Valores Mobiliários. **Capítulo VII – Do Juízo Arbitral: Art. 13º.** Toda e qualquer divergência ou disputa entre os acionistas relacionada ao presente Estatuto Social, inclusive quanto à sua interpretação, execução, inadimplemento, rescisão ou nulidade, deverá ser submetida à arbitragem, de forma definitiva, nos termos da Lei nº 9.307/96 ("Lei de Arbitragem"). **§ 1º.** O procedimento arbitral realizar-se-á na Cidade de São Paulo, conduzida e administrada conforme as regras vigentes nesta data da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Câmara do Mercado"), e observados os dispositivos da Lei nº 9.307, de 23/09/1996, e do Código de Processo Civil Brasileiro. **§ 2º.** Na eventualidade de a Câmara do Mercado declinar competência ou, por qualquer motivo, recusar-se a apreciar a questão a ela submetida na forma desta cláusula, a solução da controvérsia por arbitragem deverá ser administrada pela Câmara de Comércio Brasil – Canab e, na hipótese de recusa desta última, pela Câmara de Mediação e Arbitragem de São Paulo, instituída pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, aderindo as partes integralmente ao respectivo regulamento que seja aplicável. **§ 3º.** A execução da sentença arbitral poderá ser pleiteada a qualquer tribunal competente, sendo que a sentença arbitral deverá ser proferida em território brasileiro e terá caráter definitivo, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título. **§ 4º.** Os honorários e despesas dos árbitros e dos peritos nomeados pelo tribunal arbitral, e as despesas administrativas do centro de arbitragem que possam ser incorridas durante o curso do procedimento arbitral serão pagas nos termos das regras do centro de arbitragem, sendo que o tribunal arbitral deverá dispor na sentença ou durante o procedimento arbitral sobre a forma por meio da qual os custos, incluindo honorários de advogados e despesas, serão suportados, salvo se as partes optarem por outra forma em comum acordo e por escrito. **§ 5º.** O tribunal arbitral poderá, tão logo esteja de posse dos autos, e a pedido de qualquer das partes, conceder medida cautelar ou provisória, caso julgue apropriado. Previamente à constituição do tribunal arbitral, as partes podem requerer à autoridade judicial competente a concessão de medidas cautelares ou provisórias, conforme o caso. O requerimento feito por uma parte a uma autoridade judicial para obter tais medidas, previamente à constituição do tribunal arbitral, ou a execução de medidas similares concedidas pelo tribunal arbitral, não será considerado como infração ou renúncia à cláusula compromissória ou compromisso arbitral, conforme o caso, e não comprometerá a competência do tribunal arbitral a este título, inclusive para reaver e revogar a medida. **§ 6º.** Para os fins e efeitos do art. 806 do Código de Processo Civil, as partes aceitam e convencionam que o requerimento para início do processo arbitral equivalerá à propositura da ação principal prevista no referido dispositivo. **§ 7º.** Fica eleito o foro central da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, exclusivamente para: (i) a obtenção de medidas cautelares ou provisórias, previamente à constituição do tribunal arbitral; (ii) a execução de medidas coercitivas concedidas pelo tribunal arbitral e não cumpridas pelas partes; (iii) a execução da sentença arbitral; (iv) demais procedimentos judiciais expressamente admitidos na Lei de Arbitragem; e (v) controvérsias que não sejam passíveis de serem resolvidas por meio de arbitragem. **Capítulo VIII – Dissolução e Liquidação: Art. 14º.** A sociedade se dissolverá nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral, quando for o caso, estabelecer o modo de liquidação e nomear os liquidantes que deverão funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo IX – Disposições Gerais: Art. 15º.** É garantido a qualquer acionista o acesso a contratos firmados pela Companhia com partes a ela relacionadas, incluindo acionistas e administradores, bem como acordos de acionistas e programas de aquisição de ações ou de outros títulos ou valores mobiliários de emissão da Companhia. **Art. 16º.** No caso de abertura de seu capital, a Companhia aderirá a segmento especial de bolsa de valores ou de entidade mantenedora de mercado de balcão organizado que assegure, no mínimo, os níveis diferenciados de práticas de governança corporativa previstos na Instrução CVM nº 391, de 16/07/2003, conforme alterada. **Art. 17º.** Aos casos omissos neste Estatuto serão aplicadas as disposições da Lei nº 6.404, de 15.12.76, e de outras leis em vigor, pertinentes à matéria. **Art. 18º.** O presente Estatuto Social entrará em vigor na data de sua aprovação. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a deliberar, o Sr. Presidente com o uso da palavra. Declaram encerrados os trabalhos, suspendendo a Assembleia pelo tempo necessário para a lavratura desta Ata que depois de lida em alta voz, foi aprovada e assinada pelos presentes. Barueri, 02/01/2013. Ass.: Mesa: Presidente: André Akira Fukunaga; Secretário: Paulo Sergio Nogueira Gerosa. JUCESP – Registrado sob o NIRE 35.300.451.724 e nº 129.943/13-7 em 02/04/2013. Gisela Simiema Cheschin – Secretária Geral.

Inducoat Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 48.137.861/0001-42 – NIRE 35.240.033.662

5ª Alteração de Contrato Social para Transformação do Tipo Jurídico de Sociedade Empresária Limitada em Sociedade por Ações, sob a Denominação de Inducoat Solutions S.A.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, **Carlos Eduardo Jociomis**, RG nº 21.273.417-9 SSP/SP e CPF/MF nº 149.285.968-03, ("Carlos"); **Nilson Barrantes Jociomis**, RG nº 22.660.872-4 SSP/SP e CPF/MF nº 192.637.808-38, ("Nilson"); e **Clair Aparecida Jociomis**, RG de nº 6.921.076 SSP/SP e CPF/MF nº 097.309.958-50, neste ato representada por seus procuradores **Carlos Eduardo Jociomis**, acima qualificado, **Nilson Barrantes Jociomis**, acima qualificado e **Luis Carlos Jociomis**, RG 16.387.504-2/SSP/SP e CPF/MF 149.330.458-52, nos termos da Procuração Pública lavrada perante o Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, Intenções e Tutelas e Tabelião de Notas da Comarca de Louveira, no livro 318, página 293/296. Unicos sócios da sociedade empresária limitada denominada **Inducoat Participações Ltda.**, CNPJ/MF nº 48.137.861/0001-42, com sede na Rua Pedro Bassi, 576, Sala Inducoat, Bairro Santo Antônio, no Município de Louveira-SP, com Contrato Social constitutivo devidamente alterado perante a JUCESP sob o NIRE nº 35.240.033.662, na melhor forma de direito, nos termos da Lei 10.406/2002, conforme legislação aplicável, resolve alterar e dar nova redação ao contrato social, mediante as cláusulas e condições seguintes: **Item 1 – Da alteração da denominação social da sociedade: 1.1.** Os sócios, por unanimidade, resolvem alterar a denominação social da Sociedade, que passará a ser **Inducoat Solutions Ltda.** **Item 2 – Da alteração do endereço da sede da sociedade: 2.1.** Os sócios, por unanimidade, deliberam alterar o endereço da sede da Sociedade, passando da Rua Pedro Bassi, 576, Sala Inducoat, Bairro Santo Antônio, no Município de Louveira-SP, CEP 13294-008 para Rua Fortunato Garcia Braga, nº 495, Sala 01, Lote 13 – Quadra A, Loteamento Parque Industrial Jundiá IV, no Município de Jundiá-SP, CEP 13.213-334. **Item 3 – Da transformação da natureza jurídica em sociedade por ações e da alteração de denominação social. 3.1.** Os sócios, por unanimidade, resolvem alterar a natureza jurídica de sociedade limitada para sociedade por ações, com a denominação de **Inducoat Solutions S.A.**, a se reger pelo Estatuto ora aprovado, cujo inteiro teor acompanha a presente alteração, por meio do Anexo I, como se nela estivesse literalmente transcrito, ficando sem efeito todo e qualquer dispositivo constante no contrato social ora alterado. **Item 4 – Da substituição das quotas sociais por ações: 4.1.** Em consequência da deliberação contida no item 1 acima, o capital social, atualmente no valor de R\$ 13.635.026,00, totalmente subscrito e integralizado, representado por 13.635.026 quotas sociais, no valor de R\$ 1,00 cada uma, passa a ser dividido e representado por ações, mediante a conversão efetuada na proporção de 01 ação para cada 01 quota existente, mantendo-se o preço de emissão equivalente a cada quota social substituída, sendo que as 13.635.026 de quotas sociais passam a ser representadas por 13.635.026 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente subscritas e integralizadas. **Item 5 – Da Administração da Sociedade: 5.1.** Tendo em vista a deliberação de transformação da Sociedade, resolvem os acionistas que a administração da Companhia será realizada pela Diretoria, composta por no mínimo 01 e no máximo 03 Diretores, eleitos para um mandato de 03 anos. **5.2.** Os acionistas elegem, como membros da Diretoria, os Srs. **Carlos Eduardo Jociomis**, RG nº 21.273.417-9 SSP/SP e CPF/MF nº 149.285.968-03, e **Nilson Barrantes Jociomis**, RG nº 22.660.872-4 SSP/SP e CPF/MF nº 192.637.808-38, para ocuparem os cargos de Diretores da Companhia. **5.3.** Os Diretores são eleitos para um mandato de 03 anos, a contar da presente data e tomam posse dos seus respectivos cargos, também nesta data, mediante a assinatura dos respectivos termos. **5.4.** Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, que não se encontram impedidos de exercerem a administração da Companhia, e nem foram condenados ou estão sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **Item 6 – Disposições gerais: 6.1.** Os acionistas autorizam a administração a tomar todas as providências necessárias para implementação das deliberações ora aprovadas, incluindo, sem limitação, as providências perante a Junta Comercial e demais regularizações perante os órgãos competentes. **6.2.** Os acionistas reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste instrumento e seus termos, nos termos do art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelos sócios por meio de certificado eletrônico, ainda que seja certificado eletrônico não emitido pela ICP-Brasil, nos termos do art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24/08/2001 ("MP nº 2.220-2"), como, por exemplo, por meio do upload e existência deste termo. Os acionistas reconhecem, ainda, que o presente instrumento será considerado válido e incontestavelmente datado da data indicada abaixo, independentemente de a formalização de assinatura digital e eletrônica eventualmente ser concluída em data distinta. Jundiá, 19/01/2024. **Carlos Eduardo Jociomis; Nilson Barrantes Jociomis; Clair Aparecida Jociomis. Carlos Eduardo Jociomis, P. Nilson Barrantes Jociomis, P. Luis Carlos Jociomis. Estatuto Social: Capítulo I – Denominação Social, Sede, Objeto e Prazo de Duração: Artigo 1º – A Inducoat Solutions S.A.** ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, que se regerá pelas disposições deste Estatuto, pela Lei nº 6.404, de 15/11/1976, e pelas demais disposições legais aplicáveis. **Artigo 2º – A** Companhia terá sua sede na Rua Fortunato Garcia Braga, nº 495, Sala 01, Lote 13 – Quadra A, Loteamento Parque Industrial Jundiá IV, no Município de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13.213-334 e filial à Rua Fortunato Garcia Braga, nº 495, Lote 13 – Quadra A, Loteamento Parque Industrial Jundiá IV, no Município de Jundiá, Estado de São Paulo, CEP 13.213-334. **Parágrafo único:** A Companhia poderá abrir filiais, escritórios, agências e depósitos em qualquer parte do país, por meio de decisão da Diretoria. **Artigo 3º – A** Companhia tem por objeto específico (i) a fabricação, o comércio, a importação e a exportação de produtos em que há emprego da técnica de indução, incluindo selos, lacres, discos, vedantes, embalagens e etiquetas, podendo, ainda, industrializar, armazenar, representar e distribuir referidos produtos para terceiros e fora do estabelecimento; (ii) a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista. **Artigo 4º – O** prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II – Capital e Ações: Artigo 5º – O** capital social é de R\$ 13.635.026,00, dividido em 13.635.026 Ações Ordinárias Nominativas, de mesma classe, sem valor nominal, o qual se encontra totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional. **Artigo 6º – As** Ações são indivisíveis em relação à Companhia. **Artigo 7º – Cada**

Ação Ordinária confere direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Quando a Ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos por ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio. **Artigo 8º – As** Ações Nominativas serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas e as suas transferências serão efetuadas por meio de termos lavrados no Livro de Transferência de Ações Nominativas. **Artigo 9º – No** caso de reembolso das Ações, previsto em lei, o valor do reembolso será calculado com base no patrimônio líquido das Ações, de acordo com o último balanço aprovado na Assembleia Geral, segundo critérios de avaliação do ativo e passivo fixados na Lei das Sociedades Anônimas e com os princípios contábeis geralmente aceitos. **Artigo 10 – A** Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas Ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e ao prazo de subscrição, quanto à forma de integralização e à cessão do direito de preferência, observadas as disposições legais e as previstas no Estatuto Social. **Artigo 11 – A** Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias Ações para a permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando sua posterior alienação, observada as disposições legais aplicáveis. **Artigo 12 – As** Ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação ou extinção. **Capítulo III – Assembleia Geral de Acionistas: Artigo 13 – As** Assembleias Gerais de Acionistas realizar-se-ão ordinariamente em até 4 meses após o término de cada exercício social, a fim de que sejam discutidos os assuntos previstos em lei. **Artigo 14 – As** Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que necessário, quando os interesses sociais assim o exigirem, ou quando as disposições do presente Estatuto Social ou da legislação aplicável exigirem deliberação dos acionistas. **Artigo 15 – O** modo de convocação e o quórum de instalação, o quórum de deliberação e as formalidades complementares observarão as disposições legais aplicáveis. **Artigo 16 – As** Assembleias Gerais serão presididas pela Diretora Presidente e, na sua falta, por um dos acionistas presentes. **Artigo 17 – As** Assembleias Gerais poderão ocorrer de forma virtual, por meio de videoconferência ou outro meio disponível e que possa identificar os participantes, cuja plataforma deverá ser indicada no instrumento de convocação, devendo os acionistas formalizarem por escrito as deliberações tomadas. **Parágrafo único:** As atas das Assembleias Gerais poderão ser assinadas de forma eletrônica ou digital, conforme permitido pela legislação e aceitável pela Junta Comercial competente, caso o documento deva ser levado a registro. **Capítulo IV – Da Administração: Artigo 18 – A** Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 1 a 3 Diretores, com mandato de 3 anos a contar de sua posse, permitida a reeleição, eleitos pela Assembleia Geral, que também poderá estabelecer a sua remuneração. **Artigo 19 – O(s)** Diretor(es) deverá(ão) permanecer(em) em seu(s) cargo(s) até a posse do(s) novo(s) Diretor(es), regularmente eleito(s). **Artigo 20 – Os** membros da Diretoria serão eleitos em Assembleia Geral e tomarão posse mediante assinatura do respectivo termo, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações. **Artigo 21 – A** Diretoria tem amplos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, podendo deliberar sobre a prática de todos os atos e operações relacionados com o objeto social da Companhia, respeitados os limites previstos em lei e neste Estatuto Social. **Parágrafo primeiro:** Além dos deveres previstos na lei, são deveres da Diretoria: I – Convocar reuniões da diretoria quando quer que julgue conveniente; II – Dirigir e administrar a Companhia em todas as suas atividades, com a assistência dos outros Diretores, caso eleitos; III – Propor para aprovação dos acionistas a criação ou eliminação de funções e cargos administrativos, bem como as remunerações pela Assembleia Geral; IV – De maneira geral, desempenhar quaisquer outras funções ou atividades que lhe possam ser especificamente atribuídas pela Assembleia Geral. **Parágrafo segundo:** É expressamente vedado à Diretoria assinar, em nome da Companhia, fianças, avais, endossos, documentos ou quaisquer outros títulos a favor, sendo-lhes também proibida a concessão de empréstimos a pessoas físicas e/ou jurídicas, bem como a prática de qualquer ato de liberalidade que acarrete ônus para a Companhia ou que tenha por finalidade beneficiar a pessoa dos acionistas ou dos membros da Diretoria, salvo decisão unânime em Assembleia Geral. **Artigo 22 – A** representação da Sociedade será válida se contar com a assinatura de qualquer Diretor. **Parágrafo primeiro:** A Diretoria poderá nomear procuradores especificando os poderes outorgados e o prazo de validade nos respectivos instrumentos de procuração. **Parágrafo segundo:** O mandato judicial poderá ser concedido por prazo indeterminado. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal: Artigo 23 – A** Sociedade não terá um Conselho Fiscal permanente. Se e quando instalado como previsto na lei, o Conselho Fiscal será composto por 3 membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, observados os requisitos e impedimentos legais, todos residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, que fixará a remuneração destes. **Capítulo VI – Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Resultados: Artigo 24 – O** exercício social coincidirá com o ano civil, encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantadas as demonstrações financeiras, com observância das disposições legais pertinentes. **Artigo 25 – Deverá** ser destinado para a constituição das reservas legais 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até o limite de 20% do capital social. **Artigo 26 – Um** dividendo mínimo de 1% dos lucros líquidos apurados no Balanço Geral deverá ser distribuído aos acionistas, após a constituição das reservas legais. **Parágrafo único:** A Assembleia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro líquido, nos termos da lei. **Artigo 27 – A** Assembleia Geral poderá deliberar o levantamento de balanços intercalares em qualquer época durante o curso do exercício social e distribuir dividendos com base nos lucros apurados em tais balanços, bem como distribuir lucros de forma desproporcional à participação dos acionistas no capital social, observando-se a legislação aplicável. **Capítulo VII – Dissolução e Liquidação: Artigo 28 – A** Companhia dissolver-se-á e liquidar-se-á nos casos previstos em lei e no Acordo de Acionistas da Companhia, caso aplicável. **Parágrafo único:** A Assembleia Geral terá a autoridade para estabelecer o método de liquidação, bem como para eleger os liquidantes. **Capítulo VIII – Transferência de Ações: Artigo 29 – O** acionista que pretender alienar ou transferir, a qualquer título, as suas Ações ou o seu direito de subscrição de novas Ações, no todo ou em parte, deverá respeitar o direito de preferência dos demais acionistas. **Parágrafo único:** Será nula de pleno direito a transferência de Ações que violar o disposto neste artigo. **Capítulo IX – Disposições Gerais: Artigo 30 – Aos** casos omissos deste Estatuto serão aplicadas as disposições da Lei nº 6.404, de 15/12/1976 e, de outras em vigor, pertinentes à matéria. Advogado: Lucas Amorim e Silva – OAB/SP sob o nº 285.716. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 81.090/24-9 e NIRE 35.300.632.788 em 23/02/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,9392 / R\$ 4,9398 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,9421 / R\$ 4,9441 *

Turismo - R\$ 4,9646 / R\$

5,1446

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: -0,21

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 0,61%

Pontos: 128.890

Volume financeiro: R\$

25,142 bilhões

Maiores altas: Pão

de Açúcar CBD ON

(6,96%), Carrefour BR

ON (4,22%), Raia Ddro-

gasil ON (2,52%)

Maiores baixas: Casas

Bahia ON (-14,14%), Pet-

roreac SA ON (-6,91%),

JBS SA ON (-5,46%)

S&P 500 (Nova York):

0,51%

Dow Jones (Nova York):

0,2%

Nasdaq (Nova York):

0,58%

CAC 40 (Paris): 0,28%

Dax 30 (Frankfurt): 0,1%

Financial 100 (Londres):

0,43%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,02%

Hang Seng (Hong Kong):

1,7%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,26%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): -0,41%

Merval (Buenos Aires):

0,7%

IPC (México): -0,39%

ÍNDICES DE**INFLAÇÃO****IPCA/IBGE**

Janeiro 2023: 0,53%

Fevereiro 2023: 0,84%

Março 2023: 0,71%

Abril 2023: 0,61%

Maio 2023: 0,23%

Junho 2023: -0,08%

Julho 2023: 0,12%

Agropecuária Nova Europa S.A.

CNPJ/MF nº 55.925.275/0001-28 – NIRE 35.300.194.110

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2024

Data, Horário e Local: Às 10:00 horas do dia 28/02/2024, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença de acionistas representando a totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: Roberto Malzoni Filho; Secretária: Maria Malzoni Romanach. **Deliberações da Ordem do Dia:** Na conformidade da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos e sem restrições: **6.1.** Aprovar, conforme previsto nos itens (i) e (ii) da ordem do dia, a constituição, pela Companhia, da Fiança, em garantia às Obrigações Garantidas assumidas pela Usina Santa Fé, com renúncia expressa a qualquer benefício de ordem, nos termos a previstos na Escritura de Emissão. As Debêntures terão as seguintes características principais, sem prejuízo das demais características a serem definidas pelos representantes legais da Companhia e da Usina Santa Fé no âmbito da Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério, e demais contratos relacionados à Emissão, à Emissão dos CRA, à Oferta e à Fiança: **(a) Número da Emissão:** A Emissão representa a 1ª Emissão de Debêntures da Usina Santa Fé. **(b) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão das Debêntures é de, inicialmente, R\$170.000.000,00 na Data de Emissão, sendo certo o montante e quantidade de Debêntures a serem emitidas em função da possibilidade de Distribuição Parcial (conforme abaixo definido), observado o Montante Mínimo ("Valor Total da Emissão"). **(c) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"). **(d) Data de Emissão:** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será aquela definida no âmbito da Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). **(e) Quantidade de Debêntures:** Observada a possibilidade de Distribuição Parcial, serão emitidas inicialmente 170.000 Debêntures. **(f) Colocação Parcial:** No âmbito da Oferta, tendo em vista o regime misto de colocação de melhores esforços e garantia firme, será admitida a possibilidade de distribuição parcial dos CRA, nos termos dos artigos 73 e 74 da Resolução CVM 160, e, consequentemente, das Debêntures, sendo que serão emitidas sob regime de garantia firme um montante mínimo de 140.000 CRA, equivalente a R\$140.000.000,00, e, consequentemente, de 140.000 Debêntures, equivalente a R\$140.000.000,00 ("Montante Mínimo" e "Distribuição Parcial", respectivamente), observados os demais termos e condições da Escritura de Emissão. **(g) Número de Séries:** A Emissão será realizada em série única. **(h) Vinculação aos CRA:** Os direitos creditórios do agronegócio representados pelas Debêntures serão vinculados aos CRA objeto da série única da 313ª emissão da Securitizadora, conforme disciplinado no "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 313ª Emissão, em Série Única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Usina Santa Fé S.A." ("Termo de Securitização"), a serem emitidos e distribuídos por meio da Oferta, nos termos da Resolução CVM 160 e da Resolução da CVM nº 60, de 23/12/2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"). **(i) Amortização:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, observadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e Oferta de Resgate Antecipado (todos conforme definidos na Escritura de Emissão), nas datas e de acordo com os percentuais indicados na tabela constante do Anexo III da Escritura de Emissão ("Datas de Pagamento de Amortização"). **(j) Procedimento de Bookbuilding:** Os Coordenadores organizarão o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nos CRA ("Procedimento de Bookbuilding"), observado o disposto no artigo 61, § 2º da Resolução CVM 160, para definição, de comum acordo com a Usina Santa Fé, da Remuneração (conforme definido abaixo). O resultado do Procedimento de Bookbuilding será ratificado pela Companhia por meio de aditamento a Escritura de Emissão, a ser celebrado antes da primeira Data de Integralização e que observará as obrigações de registro previstas na Escritura de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária pela Usina Santa Fé ou de realização de Assembleia Especial de Investidores (conforme definido no Termo de Securitização). **(k) Remuneração:** As Debêntures farão jus a uma remuneração equivalente a 100,00% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 S.A. – BRASIL, BOLSA, BALCÃO – BALCÃO B3 ("B3") no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (spread) a ser definida de acordo com o Procedimento de Bookbuilding, de até 4,75% ao ano, base 252 Dias Úteis, calculada de acordo com a fórmula descrita na Escritura de Emissão ("Remuneração"). **(l) Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real com garantia adicional fidejussória, da sua 1ª emissão, em série única, nos termos do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. **(m) Forma, Tipo e Comprovação de Titularidade das Debêntures:** As Debêntures terão forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados, e não serão conversíveis em ações de emissão da Usina Santa Fé. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro no Livro de Registro de Debêntures Nominativas da Usina Santa Fé. **(n) Prazo de Vigência e Datas de Vencimento:** Ressaltadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Resgate Antecipado Obrigatório e Oferta de Resgate Antecipado (todos conforme definido na Escritura de Emissão), as Debêntures terão prazo de vigência de 2.100 dias contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em data definida na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"). **(o) Periodicidade do Pagamento da Remuneração das Debêntures:** A Remuneração será paga mensalmente, sem carência, em cada uma das datas descritas no Anexo III da Escritura de Emissão ("Datas de Pagamento da Remuneração") e, em conjunto com Datas de Pagamento de Amortização, "Datas de Pagamento". **(p) Garantia Fidejussória:** A Companhia, a partir da Data de Emissão, por meio da Escritura de Emissão, obriga-se solidariamente à Usina Santa Fé, e declara, em caráter irrevogável e irretroativo, perante a Securitizadora, como fiador, principal pagador e solidariamente responsável, na forma do artigo 275 e seguintes, bem como do artigo 818 do Código Civil, pelo fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas, bem como das obrigações garantidas descritas na Escritura de Emissão. **(q) Garantia Real:** Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas das Debêntures objeto da Escritura de Emissão, a Usina Santa Fé se obriga a constituir, em favor da Securitizadora a cessão fiduciária de recebíveis, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Cessão Fiduciária"), e em conjunto com a Fiança, as "Garantias". **(r) Integralização:** As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, exclusivamente com recursos oriundos da integralização dos CRA, mediante o cumprimento da totalidade das Condições Precedentes previstas no Contrato de Distribuição (ou dispensa do cumprimento de acordo com o previsto no Contrato de Distribuição), em cada data de integralização dos CRA (sendo qualquer data em que ocorrer uma integralização dos CRA, uma "Data de Integralização"): (i) na primeira Data de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário; e (ii) nas demais Datas de Integralização, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da respectiva Remuneração (conforme definido abaixo), calculada pro rata temporis desde a primeira Data de Integralização, inclusive, até a data da efetiva integralização dos CRA, exclusive ("Preço de Integralização"). Os CRA e, consequentemente as Debêntures, no âmbito da operação de securitização, poderão ser subscritos com ágio ou deságio a ser definido no ato de subscrição dos CRA, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou deságio (a) será o mesmo para todos os CRA em cada Data de Integralização; e (b) não terá impacto nos valores recebidos pela Usina Santa Fé. A aplicação de ágio ou deságio poderá afetar o comissionamento, sendo certo que não haverá alteração dos custos totais (custo all-in) da Usina Santa Fé estabelecidos no Contrato de Distribuição. **(s) Encargos Moratórios:** Adicionalmente à Remuneração, ocorrendo impropriedade no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória não compensatória de 2%, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial ("Encargos Moratórios"). **(t) Demais Características:** As demais características das Debêntures e da Fiança encontram-se descritas na Escritura de Emissão. **6.2.** Aprovar, conforme previsto nos itens (ii), (iii) e (iv) da ordem do dia, nos termos do artigo 818 e seguintes do Código Civil, a constituição, pela Companhia, da Fiança em garantia às obrigações assumidas pela Usina Santa Fé oriundas das Debêntures, com renúncia expressa a qualquer benefício de ordem, e a autorização à Usina Santa Fé para constituir a Cessão Fiduciária, nos termos a serem previstos na Escritura de Emissão e nos respectivos instrumentos, conforme aplicável. **6.3.** Aprovar, conforme previsto no item (iii) da ordem do dia, a realização, pela Usina Santa Fé, e pela Companhia, representada por seus diretores e/ou procuradores, da prática de todos e quaisquer atos necessários à consecução da Emissão, da emissão dos CRA e da Oferta, incluindo a constituição da Fiança, a celebração da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como seus eventuais aditamentos. **6.4.** Aprovar, conforme previsto no item (iv) da ordem do dia, a autorização à Diretoria da Companhia, diretamente ou por meio de procuradores legalmente constituídos, para praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação, formalização e consecução da Emissão, da Emissão dos CRA, da Oferta, e da outorga da Fiança, incluindo autorização para discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures, dos CRA e das Garantias, celebrar todos os documentos e seus eventuais aditamentos, inclusive contratar os prestadores de serviços para a Emissão e para a Oferta, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e eventuais aditamentos, conforme aplicável. **6.5.** Aprovar, conforme previsto no item (v) da ordem do dia, a ratificação de todos os atos praticados até a presente data para fins de implementação da Emissão, da Emissão dos CRA, da Oferta e das Garantias, incluindo, mas não se limitando, à outorga de poderes para procuradores da Companhia e à contratação de prestadores de serviços da Oferta. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. Nova Europa, 28/02/2024. Mesa: **Roberto Malzoni Filho** – Presidente; **Maria Malzoni Romanach** – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 90.784/24-8 em 04/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ/MF nº 45.281.813/0001-35 – NIRE 35.300.116.542

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de fevereiro de 2024

Data, Hora e Local: 28/02/2024, às 09h30min, na sede social da companhia, por videoconferência. **Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, face a presença de representantes de 100% do capital social. **Mesa:** Presidente: Sr. Roberto Malzoni Filho. Secretária: Sra. Maria Malzoni Romanach. **Deliberações tomadas por unanimidade:** Aprovaram a outorga de mandato da Companhia para (i) a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (CNPJ nº 10.753.164/0001-43); (ii) Banco Itaú BBA S.A. (CNPJ nº 17.298.092/0001-30); e (iii) Banco Bocom BBM S.A. (CNPJ nº 15.114.366/0003-20) por prazo superior a 01 ano, nos termos constantes das respectivas minutas de procuração. **Encerramento:** Nada mais a tratar/Nova Europa, 28/02/2024. Mesa: Roberto Malzoni Filho – Presidente; Maria Malzoni Romanach – Secretária. **Acionistas:** p/ Zansugar Participações S.A. Roberto Malzoni Filho; p/ LHT Participações S.A. Maria Malzoni Romanach; p/ HRJE Participações S.A. Eduardo Ferraz Malzoni; p/ AFMSF Participações S.A. Anita Ferraz Malzoni; p/ Cento e Um Participações S.A. Fernando Luiz de Mattos Oliveira; p/ Cento e Um Participações S.A. Natália Malzoni Mattos Oliveira. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 90.970/24-0 em 04/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Ascenty Data Centers e Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF nº 13.743.550/0001-42 – NIRE 35.300.457.323 – Companhia Fechada

Ata de Assembleia Geral Extraordinária**realizada em 28 de fevereiro de 2024 às 10h00 horas – Certidão**

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 88.798/24-0 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Ascenty Holding Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 39.831.312/0001-82 – NIRE 35.300.559.461 – Companhia Fechada

Ata de Assembleia Geral Extraordinária**realizada em 28 de fevereiro de 2024, às 10:00 horas – Certidão**

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico que a Ata em epígrafe foi registrada sob o nº 91.894/24-4 em 05/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Usina Santa Fé S.A.

CNPJ/MF nº 45.281.813/0001-35 – NIRE 35.300.116.542

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 28/02/2024

Data, Hora e Local: 28/02/2024, por videoconferência. **Convocação e Presença:** Presentes todos os membros do Conselho de Administração, independentemente de convocação. **Mesa:** Presidente: Roberto Malzoni Filho; Secretária: Maria Malzoni Romanach. **Deliberações tomadas por unanimidade:** 1. (i) A aprovação da realização da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para colocação privada perante a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., companhia securitizadora, na categoria "S1", devidamente registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sob o nº 310, com sede em São Paulo-SP, na Avenida Pedroso de Moraes, nº 1.553, 3º andar, conjunto 32, Pinheiros, CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 ("Emissão", "Debêntures" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos a serem estabelecidos no "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Colocação Privada, da Usina Santa Fé S.A." ("Escritura de Emissão") a ser celebrado entre a Companhia, a Securitizadora e a Agropecuária Nova Europa S.A., com sede em Nova Europa-SP, na Via Luiz Dosvaldo Sobrinho, s/n, km. 5, Zona Rural, CNPJ/MF nº 55.925.275/0001-28, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agropecuária Nova Europa" ou "Fiador"), para vinculação, no âmbito de operação de securitização de recebíveis do agronegócio como lastro dos certificados de recebíveis do agronegócio da 313ª emissão, em série única, da Securitizadora ("CRA" e "Emissão dos CRA"), que serão distribuídos publicamente pelo Banco Itaú BBA S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com estabelecimento em São Paulo-SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.500, 1º, 2º, 3º (parte), 4º e 5º andares, CNPJ/MF nº 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder") e pelo Banco Bocom BBA S.A., instituição financeira constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede em Salvador-BA, na Rua Miguel Calmon, nº 398, 7º andar, parte, Bairro do Comércio, CNPJ/MF nº 15.114.366/0001-69, por meio de sua filial localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.311, 15º andar, CNPJ nº 15.114.366/0003-20 ("Bocom BBA") e, em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores", nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13/07/2022, conforme alterada ("Oferta" e "Resolução CVM 160", respectivamente) e da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") e serão destinados a investidores profissionais, conforme definido no artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11/05/2021, conforme alterada ("Investidores Profissionais", sendo os Investidores Profissionais que efetivamente subscreverem e integralizarem os CRA no âmbito da Oferta ou no mercado secundário, denominados "Titulares de CRA" e "Resolução CVM 30", respectivamente); 2. A aprovação da constituição, em favor da Securitizadora, em garantia ao fiel, pontual e integral cumprimento das Obrigações Garantidas (conforme definido na Escritura de Emissão) de cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária") sobre (i) todos os direitos creditórios, atuais e/ou futuros, principais e acessórios, de titularidade da Companhia oriundos dos contratos de venda de açúcar e/ou etanol listados nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária ("Contratos Cedidos"); (ii) toda e qualquer crédito que a Companhia venha a ser titular em razão de seu saldo positivo existente na Conta Vinculada (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Recursos Depositados"), movimentada única e exclusivamente pela Securitizadora, nos termos do Contrato de Conta Vinculada (conforme definido na Escritura de Emissão), bem como aqueles mantidos de tempos em tempos nos Investimentos Permitidos Conta Vinculada (conforme definido na Escritura de Emissão) ("Recursos em Investimentos Permitidos") e, quando em conjunto com os Contratos Cedidos, os Recursos Depositados e os Recursos em Investimentos Permitidos, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente" e a celebração do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), bem como seus eventuais aditamentos, conforme o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15/12/1976, conforme em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"); 3. A autorização à Diretoria da Companhia, diretamente ou por meio de procuradores legalmente constituídos, para praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação, formalização e consecução da Emissão, das Debêntures e da Oferta, incluindo, mas não se limitando (a) a Escritura de Emissão; (b) o "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Rito de Registro Automático, com Regime de Melhores Esforços e de Garantia Firme de Colocação, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 313ª Emissão, em Série Única, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Usina Santa Fé S.A." ("Contrato de Distribuição"); (c) o "Instrumento Particular de Constituição de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e (d) à contratação dos prestadores de serviços da Oferta (incluindo, mas não se limitando, o escriturador, custodiante, o banco liquidante, o agente fiduciário e os assessores legais); 4. Aprovar a ratificação de todos os atos praticados até a presente data para fins de implementação da Emissão, das Debêntures e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, à outorga de poderes para procuradores da Companhia e à contratação de prestadores de serviços da Oferta. **Encerramento:** Nada mais a tratar. Nova Europa, 28/02/2024. Mesa: Roberto Malzoni Filho – Presidente da Mesa; Maria Malzoni Romanach – Secretária da Mesa. **Conselheiros:** Roberto Malzoni Filho; Maria Malzoni Romanach; Eduardo Ferraz Malzoni; Anita Ferraz Malzoni; Fernando Luiz de Mattos Oliveira; Mônica Carneiro Meira Bergamaschi; Luiz Carlos de Campos Salles. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 90.969/24-8 em 04/03/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Hidroviás do Brasil S.A.

CNPJ/ME nº 12.648.327/0001-53 – NIRE 35.300.383.982 – Companhia Aberta

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de fevereiro de 2024

1. Data, Horário e Local: No dia 07 de fevereiro de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de SP, na Rua Fradique Coutinho, 30, 7º andar, Pinheiros, CEP: 05416-000 ("Reunião"). **2. Convocação e Presença:** A Reunião foi devidamente instalada nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia, confirmada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia: Felipe Andrade Pinto, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Wever, Michell Fontes Souza, Ricardo Saad, Antonio Mary Ulrich, Luis Barbieri, Julio Piza, e Marcus Vinicius Mendoça Nogueira. Participaram, ainda, como convidados, os Srs. Fabio Schettino, Ricardo Pereira, Gleize Gealh e Gianfranco Fogaccia Cinelli ("Convidados"). **3. Mesa:** Presidente: Felipe Andrade Pinto; Secretário: Gianfranco Fogaccia Cinelli. **4. Ordem do Dia:** Apreciar e/ou deliberar sobre a atualização do Código de Ética, da Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, Diretores e membros de Comitês e da Política de Transações entre Partes Relacionadas, em conformidade com a regulamentação da B3. **5. Apresentação:** Os membros da Diretoria da Companhia presentes na Reunião realizaram apresentação acerca do tópico da ordem do dia ("Material de Suporte"). Após a apresentação, os membros do Conselho de Administração discutiram e esclareceram suas dúvidas a respeito do material fornecido e das apresentações realizadas, não havendo mais questionamentos, tampouco objeções em relação ao que foi apresentado ou ao que foi esclarecido. **6. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, nos termos do Material de Suporte, por unanimidade e sem quaisquer restrições ou ressalvas aprovar atualização do Código de Ética, da Política de Indicação de membros do Conselho de Administração, Diretores e membros de Comitês e da Política de Transações entre Partes Relacionadas, cujas cópias integram a presente ata independentemente de transcrição como Anexos I, II e III, respectivamente e, em conformidade com a regulamentação da B3. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos e executar todos os instrumentos necessários para a concretização das deliberações ora aprovadas. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi suspensa a presente Reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, após lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes, ficando autorizada a sua publicação. **8. Assinaturas:** Mesa: Presidente – Sr. Felipe Andrade Pinto; Secretário – Sr. Gianfranco Fogaccia Cinelli. **Membros do Conselho de Administração:** Felipe Andrade Pinto, Roberto Lucio Cerdeira Filho, Antonio Wever, Michell Fontes Souza, Ricardo Saad, Antonio Mary Ulrich, Luis Barbieri, Julio Piza, e Marcus Vinicius Mendoça Nogueira. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 07 de fevereiro de 2024. **Gianfranco Fogaccia Cinelli** – Secretário da Reunião. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 82.763/24-0 em 26/02/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ/MF nº 62.550.256/0001-20 (Companhia)

Editais de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na avenida Paulista, nº 867, complemento: 6º andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 14/03/2024 às 10h10. **Ordem do Dia:** (i) Eleição de diretores da Sociedade. **Documentos necessários:** documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: societario@hapvida.com.br. Divinópolis/MG, 06 de março de 2024. **Diretor Presidente: Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima.** (06, 07 e 08/03/2024)

Juros: taxas zeraram queda e terminam estáveis, com maior cautela em NY

Os juros futuros encerraram a sessão perto da estabilidade, desacelerando o fôlego de queda que prevalecia mais cedo e acompanhando a acomodação também do ritmo de baixa dos yields dos Treasuries. O desempenho da curva americana foi influenciado por dados do mercado de trabalho abaixo do esperado e pelo discurso do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, e serviu de inspiração para as taxas locais, na medida que, internamente, a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) ficou em linha com o previsto.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 fechou em 9,880%, de 9,877% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026 encerrou em 9,70%, de 9,66%. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 9,90%, de 9,86% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2029 ficou em 10,33%, de 10,30%.

A quarta-feira foi de alguma volatilidade na taxas, que começaram o dia em leve alta, zeraram o avanço e passaram a cair ainda na primeira etapa, a partir da reação dos Treasuries aos números fracos de geração de vagas no setor privado americano e ao discurso de Powell no Congresso ao meio-dia, mas que foi antecipado pela manhã. As declarações não trouxeram novidades em relação ao que o Fed já tem sinalizado, mas a ausência de surpresas já foi suficiente para trazer alívio ao mercado.

Powell reafirmou o foco do Fed no mandato dual para promover máximo emprego e preços estáveis, e disse que cortes de juros "provavelmente" serão apropriados neste ano.

Isto é Dinheiro

Hidroviias do Brasil Holding Norte S.A.

CNPJ/MF nº 20.280.037/0001-28

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)				Demonstração do Resultado Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$, exceto o resultado por ação)				Demonstração do fluxo de caixa Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)																								
Ativos	Nota	2019		Nota	2019		Nota	2019		2019	2018																					
		2019	2018		2019	2018		2019	2018																							
Passivos e Patrimônio Líquido																																
Fornecedores	7	8	13	7	8	13	7	8	13	Fluxo de caixa das atividades operacionais																						
Partes relacionadas	8	222	222	8	222	222	8	222	222	(Prejuízo) lucro do exercício																						
Dividendos a pagar		611	611		611	611		611	611	Ajustes para reconciliar o prejuízo (lucro) do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:																						
Outras contas a pagar		11	11		11	11		11	11	Resultado de equivalência patrimonial																						
Total do passivo circulante		852	857		852	857		852	857	Rendimento de aplicações financeiras																						
Partes relacionadas	8	45.000	—	8	45.000	—	8	45.000	—	Imposto de renda e contribuição social diferidos																						
Total do passivo não circulante		45.000	—		45.000	—		45.000	—	Atualização monetária e cambial																						
Capital social	9	496.971	496.971	9	496.971	496.971	9	496.971	496.971	(128) (39)																						
Adiantamento para futuro aumento de capital		16.018	15.438		16.018	15.438		16.018	15.438	Aumento (redução) nos ativos operacionais:																						
Reservas de lucro		—	63.665		—	63.665		—	63.665	Impostos a recuperar																						
Outros resultados abrangentes		—	(68.884)		—	(68.884)		—	(68.884)	Aumento (redução) nos passivos operacionais:																						
Prejuízos acumulados		(10.514)	—		(10.514)	—		(10.514)	—	Fornecedores																						
Total do patrimônio líquido		502.475	507.190		502.475	507.190		502.475	507.190	Outras contas a pagar																						
Total passivo e patrimônio líquido		548.327	508.047		548.327	508.047		548.327	508.047	Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais																						
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i>																																
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de Reais - R\$)																																
Saldos em 1º de janeiro de 2018	Capital Social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros	Reserva Legal	Prejuízos/ Lucros acumulados	Prejuízos/ Lucros não derivativos	Total	2019		2018																						
								2019	2018	2019	2018																					
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	15.438	—	—	—	—	386.966	—	—	—	—																					
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	174.281	—	174.281	—	—	—	—																					
Reserva legal	—	—	3.214	—	(3.214)	—	—	—	—	—	—																					
Distribuição de dividendos	—	—	—	—	(611)	—	(611)	—	—	—	—																					
Retenção de lucros	—	—	—	60.451	(60.451)	—	—	—	—	—	—																					
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	(68.884)	(68.884)	—	—	—	—																					
Saldos em 31 de dezembro de 2018	496.971	15.438	3.214	60.451	—	(68.884)	507.190	496.971	15.438	3.214	60.451																					
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	580	—	—	—	—	580	—	—	—	—																					
Prejuízo do exercício	—	—	—	—	(11.684)	—	(11.684)	—	—	—	—																					
Absorção reserva legal	—	—	(3.214)	—	3.214	—	—	—	—	—	—																					
Absorção reserva de lucros	—	—	—	(60.451)	60.451	—	—	—	—	—	—																					
Outros resultados abrangentes	—	—	—	—	—	68.884	(6.390)	—	—	—	—																					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	496.971	16.018	—	(10.514)	—	—	502.475	496.971	16.018	—	(10.514)																					
<i>As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras</i>																																
Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2019 e 2018																																
<i>(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)</i>																																
<p>1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2014 e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, tendo por objetivo principal a participação no capital de outras Companhias. Em 31 de agosto de 2015, a razão social da Companhia foi alterada para Hidroviias do Brasil Holding Norte S.A. (“Companhia” ou “HBNH”).</p> <p>2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 29 de fevereiro de 2024. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. c) Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (“inputs”) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 – Instrumentos financeiros não derivativos. d) Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. 3. Principais políticas contábeis – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. a) Mudanças nas políticas contábeis: Uma série de novas normas entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente suas demonstrações financeiras: • ICPC 22 – Tratamento contábil dos procedimentos fiscais: O ICPC 22 traz a interpretação das normas contábeis vinculadas à forma de apresentação dos tributos sobre os lucros, nas demonstrações financeiras. A interpretação de norma foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2019, no entanto, não teve efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. • CPC 06 (R2) – Arrendamento: A Companhia aplicou o CPC 06 (R2) – Arrendamento a partir de 1º de janeiro de 2019. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, mas não afetaram materialmente suas demonstrações financeiras: CPC 06 (R2)/Operações de Arrendamento Mercantil: Definição de arrendamento: Anteriormente, a Companhia determinava, no início do contrato, se ele era ou continha um arrendamento conforme o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia agora avalia se um contrato é ou contém um arrendamento com base na definição de arrendamento. A Companhia aplicou o CPC 06 (R2), aprovado em dezembro de 2017, que introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contém um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros. O arrendamento está presente em um contrato se o contrato incluir ambas as condições a seguir: • Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso, o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor. • O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Companhia deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo. A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos na implementação do CPC 06 (R2) referente aos arrendamentos anteriormente classificados como operacional: arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, ou seja, com vigência de até 12 meses utilizando retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. A Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada simplificada, sem realização de reapresentações dos períodos comparativos, adotando os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: • Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado a partir das taxas nominais de juros incrementais, agrupadas por natureza do ativo e prazo contratual. • Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não houve impacto nessa Companhia, visto que não existe contrato de arrendamento vigente. b) Investimentos em controladas: Em 1º de janeiro de 2019 as empresas Hidroviias do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidroviias do Brasil Adm Portuária de Santos foram incorporadas pela Companhia. Com este movimento, que faz parte da estratégia da Companhia para otimizar sua estrutura societária, as empresas Hidroviias do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidroviias do Brasil Adm Portuária de Santos, se tornaram controladas pela Hidroviias do Brasil Holding Norte S.A. Além disso, foram encerradas as participações das empresas Hidroviias do Brasil – Mirirituba S.A. e Hidroviias do Brasil – Navegação Norte S.A.. As demonstrações financeiras incluem investimentos da Companhia em entidades controladas. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As Companhias investidas são:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2"></th> <th colspan="2">Participação - %</th> </tr> <tr> <th>2019</th> <th>2018</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Controladas diretas</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Hidroviias do Brasil – Mirirituba S.A.</td> <td>00,00</td> <td>100,00</td> </tr> <tr> <td>Hidroviias do Brasil – Navegação Norte S.A.</td> <td>00,00</td> <td>100,00</td> </tr> <tr> <td>Hidroviias do Brasil – Vila do Conde S.A.</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> <tr> <td>Hidroviias do Brasil – Adm Portuária de Santos</td> <td>100,00</td> <td>100,00</td> </tr> </tbody> </table> <p>Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. c) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. d) Instrumentos financeiros e de patrimônio: Reconhecimento e mensuração inicial: Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Não reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) – instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Não reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa,</p>														Participação - %		2019	2018	Controladas diretas			Hidroviias do Brasil – Mirirituba S.A.	00,00	100,00	Hidroviias do Brasil – Navegação Norte S.A.	00,00	100,00	Hidroviias do Brasil – Vila do Conde S.A.	100,00	100,00	Hidroviias do Brasil – Adm Portuária de Santos	100,00	100,00
	Participação - %																															
	2019	2018																														
Controladas diretas																																
Hidroviias do Brasil – Mirirituba S.A.	00,00	100,00																														
Hidroviias do Brasil – Navegação Norte S.A.	00,00	100,00																														
Hidroviias do Brasil – Vila do Conde S.A.	100,00	100,00																														
Hidroviias do Brasil – Adm Portuária de Santos	100,00	100,00																														

Publicidade Legal

... continuação

Hidroviás do Brasil Holding Norte S.A.								
% de participação	2017		Resultado de equivalência patrimonial		AFAC	Dividendos	2018	
	Saldo inicial dos investimentos						Saldo final dos investimentos	
HB Navegação Norte	100%	134.921	44.043	6.750	-	-	185.714	
HB Miritituba	100%	63.704	3.738	700	-	-	68.142	
HB Vila do Conde	100%	188.548	57.655	7.958	(435)	(435)	253.726	
Total		387.173	105.436	15.408			507.582	

As principais informações sobre as controladas são apresentadas a seguir:

Balanco Patrimonial	2019					2018	
	HB Vila do Conde	HB Adm Portuária Santos	HB Miritituba	HB Navegação Norte	HB Vila do Conde		
Ativo							
Circulante	393.883		46.611	92.633	299.910		178.464
Não circulante	1.485.276		235	264.845	458.670		658.800
Total	1.879.159		46.846	357.478	758.580		837.264
Passivo							
Circulante	181.029		3.009	37.060	117.861		71.166
Não circulante	1.195.662		-	252.976	461.755		519.895
Patrimônio líquido	502.468		43.837	67.442	178.964		246.203
Total	1.879.159		46.846	357.478	758.580		837.264
Lucro/prejuízo	(6.014)		(68)	3.738	44.043		57.655
Receita	415.056		-	54.769	274.645		137.132

7. Fornecedores

	2019	2018
Fornecedores nacionais	8	13
Total	8	13

8. Partes relacionadas - Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não ofereceu outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. **9. Capital Social** - Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 496.971.849 (R\$ 496.971.094 em 31 de dezembro de 2018), representado por 496.971.849 (496.971.094 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está detalhada a seguir:

	2019		2018	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Hidroviás do Brasil S.A. (1)	-	1	(222)	(222)
Miritituba S.A. (2)	-	9	-	-
Vila do Conde S.A. (3)	10	-	(45.000)	-
Total	10	10	(45.222)	(222)
Circulante	10	10	(222)	(222)
Não Circulante	-	-	(45.000)	-

(1) Referem-se às despesas operacionais junto a Companhia Hidroviás do Brasil S.A. (2) Referem-se às despesas gerais compartilhadas entre a Holding Norte S.A. e Miritituba S.A. (3) Refere-se a concessão de mútuo pela controlada direta Vila do Conde S.A., no qual não há pagamento de juros. **9. Capital Social** - Em 31 de dezembro de 2019, o capital social é de R\$ 496.971.849 (R\$ 496.971.094 em 31 de dezembro de 2018), representado por 496.971.849 (496.971.094 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está detalhada a seguir:

	2019		2018	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Hidroviás do Brasil S.A. (1)	496.971.849	100	496.971.094	100
Total	496.971.849	100	496.971.094	100

Reserva legal: De acordo com o previsto no art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social. **Dividendos:** Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Conforme Lei nº 6.404/76 art. 189, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e provisão para o imposto de renda. **10. Instrumentos Financeiros - 10.1. Instrumentos financeiros por categoria:** Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue:

	2019	2018
Caixa e equivalentes de caixa	7	16
Títulos e valores mobiliários	1.564	-
Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia possui de eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter		

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da Hidroviás do Brasil - Holding Norte S.A. - São Paulo, SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Hidroviás do Brasil - Holding Norte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidroviás do Brasil - Holding Norte S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 apresenta investimento na HB Vila do Conde no montante de R\$ 502.469 mil. Sobre esse investimento e as demonstrações financeiras, temos a comentar: a) Em 31 de dezembro de 2019, foi reconhecido créditos a recuperar de PIS (Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) no montante de R\$ 15.839 mil, principalmente, de aquisições de combustíveis e subcontratação de transportadoras para operações rodoviárias multimodal originados em exercícios anteriores. O referido montante foi ajustado em contrapartida do resultado, sem aplicar a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Contábil e Retificação de Erro. Em decorrência desse assunto, o prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentado a menor em R\$ 13.463 mil, líquido dos respectivos efeitos tributários. b) Adicionalmente não foi reconhecido os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável conforme requerido pelo CPC 20 - Custos de empréstimos. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2019, a rubrica do imobilizado está apresentada a menor em R\$ 22.662 mil, a rubrica de ativos fiscais diferidos está apresentada maior em R\$ 3.456 mil, o patrimônio líquido apresentando a menor em R\$19.206 e o prejuízo do exercício está a maior em R\$ 6.789 mil, líquido dos respectivos efeitos tributários. Em consequência dos assuntos apresentados acima, o saldo de investimento da Controladora está registrado a menor em R\$5.743, assim como o efeito a menor da equivalência patrimonial no resultado do exercício em R\$5.743, líquidos dos respectivos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da

Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP 014.428/0-6
André Fonseca da Rocha - Contador CRC 1SP 265.531/0-8

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br



São Paulo

Uni.Co S.A.														
CNPJ/MF nº 15.825.887/0001-24														
Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021														
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/														
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)					Demonstrações dos Resultados – Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)									
Ativo Circulante	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Circulante	Controladora		Consolidado						
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021					
Caixa e equivalentes de caixa	7	51	16.758	20.273	Fornecedores	-	-	18.400	24.998					
Contas a receber de clientes	-	-	108.148	103.070	Empréstimos e financiamentos	-	-	23.838	25.150					
Estoques	-	-	51.138	52.437	Passivo de arrendamento	-	-	3.167	2.593					
Impostos a recuperar	40	49	8.666	7.675	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	10.234	12.307					
Adiantamentos	-	-	4.937	6.463	Obrigações tributárias	-	-	10.392	6.830					
Outras contas a receber	-	-	343	240	Imposto de renda e contribuição social	-	-	3.738	3.246					
Dividendos a receber	533	-	-	-	Investimentos a pagar	-	-	5.178	5.100					
Total do ativo circulante	580	100	189.990	190.158	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	141	190					
Ativo Não Circulante	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido Não Circulante	Controladora		Consolidado						
Contas a receber de clientes	-	-	379	3.322		Obrigações tributárias diferidas	-	-	74	100				
Outras contas a receber	-	-	150	380	Adiantamentos de dividendos	276	-	-	-					
Impostos a recuperar	-	-	2.637	9.615	Outras contas a pagar	-	-	9.957	9.608					
Adiantamentos	-	-	678	-	Total do passivo circulante	276	85.119	90.122						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	9.496	18.490	Ativo Não Circulante	Controladora		Consolidado						
Depósitos judiciais	-	-	5.495	4.025	Empréstimos e financiamentos	-	-	87.702	87.905					
Partes relacionadas – AFAC	-13.100	-	-	-	Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	1.814	2.725					
Ativo de direito de uso	-	-	19.174	20.096	Obrigações tributárias	-	-	3.133	3.157					
Investimentos	36.054	61.645	-	-	Imposto de renda e contribuição social	-	-	1.160	1.740					
Imobilizado	-	-	6.156	6.282	Provisão para contingências	-	-	27.699	29.345					
Intangível	-	-	31.039	60.749	Passivo de arrendamento	-	-	18.594	19.719					
Total do ativo não circulante	36.054	74.745	75.204	122.959	Investimentos a pagar	-	-	2.710	3.831					
Total do ativo	36.054	74.845	265.194	313.117	Outras contas a pagar	-	-	629	4					
					Total do passivo não circulante	-	-	143.441	148.426					
Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)					Patrimônio líquido									
					Capital social		Prejuízo acumulado		Ajustes acumulados de conversão					
					Controladora	Consolidado	2022	2021	2022	2021				
					2022	2021	2022	2021	2022	2021				
Fluxo de caixa das atividades operacionais					Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimento					Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades de financiamento				
Resultado líquido do exercício					Aplicações financeiras de liquidez não imediata					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
Ajustes para:					Adiantamento para futuro aumento de capital					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				
Resultado de equivalência patrimonial					Aumento de capital social em controladas					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Provisão para crédito de liquidação duvidosa					Recebimento de dividendos					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
Provisão para contingências					Aquisição de investimento					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				
Provisão para perda de estoques					Adições ao imobilizado					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Baixa de ativo imobilizado e ativo intangível					Adições ao intangível					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício				
Baixa de passivo de arrendamento					Fluxo de caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades de investimento					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício				
Impostos diferidos					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Imposto de renda e contribuição social					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Juros sobre aquisições					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Juros sobre arrendamentos					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Juros sobre empréstimos e financiamentos					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Impairment de ativo					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Depreciação e amortização					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Outros					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
(463) (207) 33.797 20.685					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Redução (aumento) nos ativos:					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Contas a receber de clientes					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Estoques					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Impostos a recuperar					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Adiantamentos					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Outras contas a receber					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
9 (38) 6.127 409					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Aumento (redução) nos passivos:					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Fornecedores					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Obrigações sociais e trabalhistas					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Obrigações tributárias					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Outras contas a pagar					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
(124) 3.466 (5.049)					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
(175) (5.360) 13.944					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
(454) 3.416 30.140 (9.956)					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa				
					Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício									

IMB Têxtil S.A. CNPJ/MF nº 58.500.398/0001-05 Aviso – Demonstrações Contábeis Resumidas em atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021									
As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/									
Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)									
Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
	(Não auditado)		(Não auditado)			(Não auditado)		(Não auditado)	
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.475	4.448	9.716	16.281	Fornecedores	9.647	14.216	9.647	14.216
Contas a receber de clientes	59.688	55.748	76.998	69.492	Empréstimos e financiamentos	20.945	10.100	20.945	10.100
Estoques	29.660	25.157	29.660	25.157	Passivo de arrendamento	2.086	1.723	2.086	1.723
Impostos a recuperar	7.817	5.958	7.826	5.960	Obrigações sociais e trabalhistas	4.403	5.379	6.028	6.859
Adiantamentos	2.100	493	2.073	553	Obrigações tributárias	3.242	1.273	3.780	1.811
Dividendos a receber	1.800	-	-	-	Imposto de renda e contribuição social	398	-	2.405	1.804
Total do ativo circulante	109.540	91.804	126.273	117.443	Adiantamentos de dividendos	-	17.700	-	-
Não circulante					Dividendos a pagar	6.758	-	6.758	-
Contas a receber de clientes	42	1.445	42	1.550	Outras contas a pagar	4.714	5.859	6.386	5.879
Outras contas a receber	21	21	21	21	Total do passivo circulante	52.193	56.250	58.035	42.393
Impostos a recuperar	2.637	9.615	2.637	9.615	Não circulante				
Adiantamentos	561	-	561	-	Empréstimos e financiamentos	29.882	35.118	29.882	35.118
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.496	9.836	9.496	9.836	Obrigações sociais e trabalhistas	801	1.201	886	1.325
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	-	-	16.050	7.187	Obrigações tributárias	-	-	2.304	2.669
Depósitos judiciais	795	119	795	119	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	475	712
Ativo de direito de uso	11.088	11.490	11.088	11.490	Provisão para contingências	416	594	416	594
Investimentos	24.315	43.381	-	-	Outras contas a pagar	9.878	10.471	9.878	10.471
Imobilizado	2.669	2.393	2.721	2.394	Outras contas a pagar	520	5	520	5
Intangível	1.124	1.187	1.220	1.284	Total do passivo não circulante	41.497	47.389	44.361	50.893
Total do ativo não circulante	52.748	79.488	84.631	43.496	Patrimônio líquido				
Total do ativo	162.198	171.291	170.904	160.939	Capital social	29.653	29.653	29.653	29.653
					Reserva de lucros	21.401	20.545	21.401	20.545
					Reserva de capital	17.454	17.454	17.454	17.454
					Total do patrimônio líquido	68.508	67.652	68.508	67.652
					Total do passivo e do patrimônio líquido	162.198	171.291	170.904	160.939
Demonstrações dos Resultados – Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
	(Não auditado)		(Não auditado)			(Não auditado)		(Não auditado)	
Receita operacional líquida	146.766	130.343	182.823	163.070	Resultado operacional antes do resultado financeiro	34.010	25.616	37.900	28.404
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	(86.749)	(80.427)	(86.749)	(80.427)	Despesas financeiras	(8.456)	(4.638)	(8.756)	(4.215)
Lucro bruto	60.017	49.916	96.074	82.643	Receitas financeiras	2.587	1.610	3.433	2.523
Despesa de vendas	(24.355)	(22.660)	(28.970)	(25.762)	Resultado financeiro líquido	(5.869)	(3.028)	(5.323)	(1.692)
Despesas gerais e administrativas	(27.136)	(24.505)	(28.717)	(27.748)	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	28.141	22.588	32.577	26.712
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(504)	(661)	(523)	(680)	IRPJ e contribuição social correntes	(768)	(39)	(5.204)	(4.163)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	36	(49)	36	(49)	IRPJ e contribuição social diferidos	(339)	(24)	(339)	(24)
Resultado equivalência patrimonial	25.952	23.575	-	-	Total do imposto de renda e contribuição social	(1.107)	(63)	(5.543)	(4.187)
					Lucro líquido do exercício	27.034	22.525	27.034	22.525
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Período findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)									
	Controladora		Reserva		Reserva de lucros		Lucro/ social de capital	Controladora e Consolidado	Total
	2022	2021	de capital	Reserva legal	Reserva legal	Lucros a destinar			
	(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)				
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (Não auditado)	29.653	17.454	-	-	-	-	(1.981)	45.126	22.526
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.526	(1.981)	1.981
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	22.526	(22.526)	-	-
Absorção de prejuízos acumulados com reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	(1.981)	1.981	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	1.126	(1.126)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (Não auditado)	29.653	17.454	1.126	1.126	19.419	(5.632)	67.652	67.652	67.652
Dividendos mínimos obrigatórios – 2021	-	-	-	-	-	(5.632)	(5.632)	-	-
Dividendos adicionais propostos – 2021	-	-	-	-	-	(13.788)	(13.788)	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	27.034	27.034	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-	-	(27.034)	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	1.352	(1.352)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios – 2022	-	-	-	-	-	(6.758)	(6.758)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	29.653	17.454	2.478	2.478	18.923	-	68.508	68.508	68.508
Demonstrações do Valor Adicionado – Exercício findo em 31 de dezembro (Em milhares de Reais)									
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
	(Não auditado)		(Não auditado)			(Não auditado)		(Não auditado)	
Receitas					Empregados				
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	176.985	158.136	215.202	193.962	Remuneração direta	13.714	17.448	17.547	20.592
Outras receitas	-	8	-	8	Benefícios FGTS	2.104	1.446	2.371	1.647
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – reversão (constituição)	(504)	(661)	(523)	(680)	Outros	989	592	1.160	786
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)	(504)	(661)	(523)	(680)	Valor distribuído – Empregados	16.807	19.486	21.078	23.025
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(105.198)	(94.216)	(105.198)	(94.216)	Tributos				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(23.618)	(20.828)	(24.762)	(23.138)	Federais	11.464	10.364	18.038	16.301
Perda e recuperação de valores ativos	(214)	(462)	(227)	(462)	Estaduais	6.005	5.173	6.005	5.173
Valor adicionado bruto	47.450	41.977	84.492	75.474	Municipais	368	137	1.137	1.901
Depreciação e amortização	(2.574)	(1.849)	(2.578)	(1.849)	Valor distribuído – Tributos	17.837	15.674	25.180	23.375
Valor adicionado líquido gerado	44.876	40.128	81.914	73.625	Remuneração de capitais de terceiros				
Valor adicionado recebido em transferência					Juros	8.456	4.638	8.756	4.215
Resultado de equivalência patrimonial	25.952	23.575	-	-	Aluguéis	2.539	1.659	2.558	1.676
Receitas financeiras	2.587	1.610	3.433	2.523	Royalties	742	1.213	741	1.214
Valor adicionado total a distribuir	73.415	65.313	85.347	76.148	Outros	-	117	-	117
Distribuição do valor adicionado					Valor distribuído – Remuneração de capitais de terceiros	11.737	7.627	12.055	7.222
					Remuneração de capitais próprios	27.034	22.526	27.034	22.526
					Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-
					Valor distribuído – Remuneração de capitais próprios	27.034	22.526	27.034	22.526
					Distribuição do valor adicionado	73.415	65.313	85.347	76.147

Petróleo fecha em alta, com otimismo sobre corte de juros nos EUA; sauditas reajustam preço

Os contratos futuros do petróleo fecharam em alta nesta quarta-feira, 6, na sequência de sinalizações sobre a política monetária nos Estados Unidos. O presidente do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano), Jerome Powell, indicou que os dados de inflação persistente e contratações de janeiro não alteraram o plano do banco central americano de cortar a taxa de juros neste ano, ainda que tenha reiterado a necessidade de mais evidências antes de dar um primeiro passo.

O Brent chegou a superar US\$ 84 no pregão. O direcional do dia também contou com dados mistos de estoques de petróleo nos EUA e aumento de preços da commodity pela Arábia Saudita a clientes asiáticos, o que foi lido como sinal de demanda firme.

Na New York Mercantile Exchange (Nymex), o petróleo WTI para abril fechou em alta de 1,25% (US\$ 0,98), a US\$ 79,13. O Brent para maio, negociado na Intercontinental Exchange (ICE), fechou em alta de 1,12% (US\$ 0,92), a US\$ 82,96 o barril.

O presidente do BC norte-americano afirmou que autoridade monetária não está esperando que a inflação volte precisamente à marca de 2% para começar a relaxar sua postura. Em vez disso, segundo ele, o Fed busca evidências de que o índice de preços está a caminho de volta à meta “de maneira sustentável”. Powell participou de audiência na Câmara dos Representantes norte-americanas.

Os contratos aceleraram os ganhos mais cedo, depois que o Departamento de Energia dos EUA (DoE, na sigla em inglês) informou que os estoques de petróleo subiram, como era esperado, mas os de gasolina e destilados caíram bem mais do que se previa.

Em um sinal de melhora da demanda, a Arábia Saudita aumentou o preço do seu principal produto – o petróleo árabe leve – para clientes asiáticos.

Criptomoedas: bitcoin volta a subir, rondando máximas históricas

O bitcoin subiu no período da tarde desta quarta-feira, 6, mantendo-se em níveis próximos à máxima histórica, com apoio das expectativas para o halving e dos fluxos de entrada nos ETFs cripto dos EUA.

“Embora não seja comum que um ativo caia quando atinge uma nova máxima histórica, essa foi uma reação muito exagerada, mas também um pouco compreensível, dada a rapidez com que a moeda se valorizou desde o lançamento dos ETFs em bitcoin à vista”, comentou o CEO da Navellier, Louis Navellier.

Analista da Crypto is Ma-

cro, Noelle Acheson disse que essa volatilidade pode ser o novo normal – “o que não é uma coisa ruim de forma alguma”.

Ela argumentou que essa é uma maneira de apresentar aos novos investidores o quão volátil o BTC pode ser. “Se os movimentos de ontem assustaram permanentemente muitos que não querem este tipo de ação nas suas carteiras, então essa é uma boa notícia para eles e para o mercado”, concluiu.

Às 17h07 (de Brasília), o bitcoin subia 7,01%, a US\$ 67.040,23 (R\$ 331.601,09), e o ethereum avançava 12,24%, a US\$ 3.873,18 (R\$ 19157,91).

Blackboard do Brasil Serviços de Tecnologia em Educação Ltda.

CNPJ/MF nº 13.504.812/0001-16 – NIRE 35.225.312.700
7ª Alteração e Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento, as partes, **Blackboard International B.V.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis dos Países Baixos, CNPJ/MF nº 13.469.786/0001-32, representada por Sr. **Henrique Silva Bento**, RG nº 8.640.429 SSP/SP, CPF/MF nº 754.363.968-87; e **Blackboard International L.P.**, sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis das Bermudas, CNPJ/MF nº 13.482.704/0001-90, representada por Sr. **Henrique Silva Bento**, acima qualificado; Únicas sócias representando a totalidade do capital social desta sociedade (“Sociedade”), têm entre si, justo e contratado, alterar e consolidar o Contrato Social, conforme os seguintes termos: **1. Da Incorporação da Campus Management Brasil.** 1.1. As sócias aprovam, por unanimidade, o Protocolo de Incorporação e Justificação da **Campus Management Brasil Comércio de Softwares Educativos Ltda.**, com sede na Avenida Marquês de São Vicente, nº 230, conjunto 1.218, Sala F, Barra Funda, São Paulo-SP, CNPJ/MF nº 13.473.107/0001-07 e NIRE 35.225.264.900 (“**Campus Management Brasil**”) pela Sociedade, celebrado em 30/11/2023 pelas administrações da Sociedade e da Campus Management, bem como pelas sócias da Sociedade. 1.2. As sócias ratificam a nomeação da empresa **Ecovis WFA Auditores Independentes S/S**, com sede em São Paulo-SP, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, Vila Gertrudes, CNPJ/MF nº 40.221.974/0001-10 e registrada no CRC/SP sob o nº 2SP-043.111/0-9 (“**Avaliadora**”), para avaliar o patrimônio líquido da Campus Management Brasil a ser vertido para a Sociedade. 1.3. As sócias resolvem aprovar o Laudo de Avaliação elaborado pela Avaliadora, com base no balanço patrimonial da Campus Management Brasil especialmente levantado para o propósito da Incorporação, que apurou o valor negativo de R\$ 10.115.466, correspondente ao patrimônio líquido da Campus Management Brasil, tendo a data de 30/11/2023, com base no valor contábil em 31/10/2023, como data de referência (“**Laudo de Avaliação**”). 1.4. As quotas da Campus Management Brasil são canceladas. 1.5. Em razão das deliberações acima, as sócias aprovam a incorporação da Campus Management Brasil pela Sociedade e autorizam a administração da Sociedade a desempenhar todos os atos exigidos para implementar a incorporação ora aprovada. **2. Do Capital Social após a Incorporação.** 2.1. Considerando o valor total do patrimônio líquido a ser transferido à Sociedade em virtude da incorporação da Campus Management Brasil é negativo, as Sócias consignam que não haverá qualquer aumento do capital da Sociedade, que permanecerá sendo de R\$ 10.085.000,00, dividido em 10.085.000 quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 cada. **3. Da Alteração do Objeto Social da Sociedade.** 3.1. As sócias decidem incluir as seguintes novas atividades no objeto social da Sociedade: (i) consultoria em tecnologia da informação; (ii) consultoria em gestão empresarial; e (iii) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet. 3.2. As sócias decidem alterar a Cláusula 3ª do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Cláusula 3ª – O objeto social compreende: (a) representar comercialmente empresas brasileiras e/ou estrangeiras na criação, desenvolvimento e venda de software e serviços de tecnologia em educação em nome próprio e de terceiros; (b) proporcionar suporte técnico, manutenção e outros serviços relacionados a tecnologia em educação; (c) realizar serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial; (d) prestar consultoria em tecnologia da informação; (e) prestar consultoria em gestão empresarial; (f) tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet; e (g) participar do capital de outras sociedades, sejam brasileiras ou estrangeiras, e da gestão de referidas participações, bem como a participação em quaisquer outros investimentos no Brasil e no exterior.” **4. Da Consolidação do Contrato Social.** 4.1. Decidem as sócias, de forma unânime, consolidar o Contrato Social, cuja redação, na íntegra, foi levada a registro perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo, juntamente com este Instrumento Particular de Alteração Contratual. São Paulo, 30/11/2023. **Sócias: Blackboard International B.V.** Por: Henrique Silva Bento – Procurador; **Blackboard International L.P.** Por: Henrique Silva Bento – Procurador. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o nº 486.684/23-4 em 27/12/2023. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Negócios

Demanda de passageiros sobe 16,6% em janeiro ante um ano, afirma Iata



A demanda global de aviação, medida em passageiros-quilômetro transportados pagos (RPK), cresceu 16,6% em janeiro ante igual período do ano passado, informou nesta quarta-feira, 6, a Associação Internacional de Transportes Aéreos (Iata).

No primeiro mês do ano, a capacidade total, medida em assentos-quilômetro disponíveis (ASK), aumentou 14,1% e a taxa de ocupação foi de 79,9% (+1,7 ponto percentual). A demanda no segmento internacional cresceu 20,8% em janeiro, enquanto a capacidade aumentou 20,9%. Assim, a taxa de ocupação permaneceu em 79,7%.

O tráfego doméstico, por

sua vez, cresceu 10,4% e a capacidade aumentou 4,6% no primeiro mês de 2024, com a taxa de ocupação subindo 4,2 pontos percentuais para 80,2%. “O ano de 2024 teve um início forte, apesar das incertezas econômicas e geopolíticas”, destaca o diretor geral da Iata, Willie Walsh, em nota.

Regiões

O tráfego das companhias aéreas latino-americanas aumentou 9,9% em janeiro, na comparação com o mesmo mês de 2023. A capacidade subiu 5,5% e a taxa de ocupação subiu 3,4 pontos percentuais, para 85%.

As operadoras norte-americanas tiveram um aumento de tráfego de 6% em

janeiro de 2024 em relação ao mesmo período de 2023. A capacidade também aumentou 4,1% e a taxa de ocupação subiu 1,5 ponto percentual para 79,9%.

O tráfego das transportadoras europeias em janeiro de 2024 aumentou 10% em relação a janeiro de 2023. A capacidade subiu 9,6% e a taxa de ocupação avançou 0,3 ponto percentual, para 78,2%.

As companhias aéreas da Ásia e do Pacífico registraram um aumento de 31,8% no tráfego de janeiro, na comparação anual. A capacidade cresceu 26,6% e a taxa de ocupação subiu 3,2 pontos percentuais, para 80,8%.

Isto é Dinheiro

Americanas fará emissão de debêntures e iniciará pagamentos previstos em recuperação judicial

Americanas, em recuperação judicial, informou na noite desta terça-feira, 5, que assinou a escritura de uma emissão de debênture simples, não conversível em ações, para colocação privada, no valor de até R\$ 3,5 bilhões.

Com a emissão, a empresa dará início ao desembolso dos montantes necessários para o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) aprovado pela Assembleia Geral de Credores em dezembro, e homologado pela 4ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro em 26 de fevereiro.

Em fato relevante envia-

do à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a empresa afirma que as debêntures são o instrumento utilizado para operacionalizar o financiamento extraconcursal na modalidade devedor-inpossession (Financiamento DIP).

“O Financiamento DIP foi estruturado de forma a viabilizar a entrada de recursos que são imprescindíveis para que a companhia possa cumprir suas obrigações de pagamento previstas no PRJ antes mesmo do aumento de capital nele previsto. Trata-se, assim, da antecipação de parte dos recursos que virão a ser aportados pelos acionistas de referência da Companhia em tal aumento de capital”, explica.

Isto é Dinheiro



Alupar: lucro líquido do 4º trimestre de 2023 aumenta 3,6%, para R\$ 286,6 milhões



A transmissora de energia elétrica Alupar reportou lucro líquido regulatório de R\$ 286,6 milhões no quarto trimestre de 2023, montante que representa alta de 3,6% em relação ao mesmo período de 2022, quando obteve lucro de R\$ 276,7 milhões.

Pela norma IFRS, o lucro líquido do período totalizou R\$ 256,9 milhões no período, montante 16,3% menor do que o observado no quarto trimestre de 2022.

Considerando os 12 meses de 2023, a empresa teve lucro líquido regulatório de R\$ 1,166 bilhão, crescimento de 20,7%. Já pela norma IFRS, o lucro da companhia totalizou R\$ 1,151 bilhão, queda de 30,8%, em comparação com o balanço consolidado de 2022.

A receita líquida regulatória totalizou R\$ 787,5 milhões no quarto trimestre, um crescimento de 3,6%, em comparação com o observado um ano antes. Já pela norma IFRS, a receita líquida do período foi de R\$ 878,3 milhões, representando alta de 19,9% ante os R\$ 732,3 milhões verificados um ano antes. No acumulado do ano até dezembro, a empresa teve receita regulatória de R\$ 3,189 bilhões, alta de 8,8%, enquanto pela norma IFRS ela totalizou R\$ 3,311 bilhões, queda de 13,6% ante o acumulado do ano anterior.

O Lucro Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (Ebitda, da sigla em inglês) regulatório totalizou R\$ 620,2 milhões no quarto trimestre, elevação de 0,5% na base anual. Pela nor-

mal IFRS, o Ebitda no período foi de R\$ 608,9 milhões, que alta 16,3%.

No ano, o Ebitda regulatório da Alupar foi de R\$ 2,635 bilhões, avanço de 7,0%. Pela norma IFRS, o Ebitda da empresa totalizou R\$ 2,511 bilhões, redução de 16,7%.

A dívida líquida da companhia somou R\$ 8.942 bilhões no quarto trimestre de 2023, crescimento de 1,5% ante o último trimestre de 2022. A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda, se manteve em 3,4 vezes considerando os indicadores regulatórios, montante 0,1 ponto percentual (p.p.) menor do que o registrado um ano antes.

Isto é Dinheiro